

REPUBLICA DEMOCRÁTICA  DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



EDUCAÇÃO PARA TODOS – EPT

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO
2002 – 2015

(Validado em 18.11.2002 e Revisto em Novembro de 2006)

INTRODUÇÃO	4
O PROCESSO DE VALIDAÇÃO DO PLANO NACIONAL	5
RESUMO EXECUTIVO	5
CAP I. APRESENTAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	7
1. ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS	7
2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	7
3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	7
4. ASPECTOS ECONÓMICOS	8
4.1. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL	8
5. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS	9
CAP II. DESCRIÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE	12
2.1. EDUCAÇÃO ESCOLAR	12
2.1.1. Educação pré-escolar	12
2.1.2. Ensino Básico (1ª a 6ª classe)	13
2.1.3. Modalidades especiais da educação escolar	14
Educação Especial	14
Ensino recorrente de adultos	14
Formação profissional	14
Ensino à distância	15
2.1.4. Ensino Secundário	15
2.1.5. Ensino Superior	16
2.2. Educação Extra-escolar	17
2.3. Educação Não-Formal	18
CAP III. CONTEXTO DE POLÍTICA EDUCATIVA	19
3.1. Contexto Nacional	19
3.1.1. A Estratégia Nacional de Educação e Formação e a EPT	20
3.2. Contexto Internacional	20
3.2.1. Objectivos do Milénio e a EPT	20
3.2.2. Quadro de Acção de Dakar – Objectivos e Estratégias	21
CAP IV. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL EPT	24
CAP V. DIAGNÓSTICO DOS SUB-SECTORES	27
5.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	27
5.2. EDUCAÇÃO DE BASE (1ª A 6ª CLASSE)	30
5.3. ENSINO SECUNDÁRIO	33
5.4. Educação Qualificante e Formação Profissional	35
5.4.1. ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL - SECTOR PÚBLICO	36
5.5. EDUCAÇÃO DE ADULTOS	39
5.6. ENSINO SUPERIOR	41
5.7. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCADORES	42
5.8. Temas Transversais: Saúde Escolar, HIV/SIDA. Educação para a paz e cidadania.	44

CAP VI. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO _____	47
6.1. Evolução das despesas correntes da Educação _____	47
6.2. Repartição das Despesas por Sector _____	49
6.3. Custos Unitários _____	50
CAP VII. PRINCÍPIOS DIRECTORES DO PLANO DE ACÇÃO _____	52
7.1. Princípios _____	52
7.2. Estratégias globais do PNA-EPT _____	53
CAP VIII. PLANO DE ACÇÃO DETALHADO POR OBJECTIVOS _____	55
8.1. DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NA PRIMEIRA INFÂNCIA _____	56
8.2. EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE _____	61
8.3. EDUCAÇÃO QUALIFICANTE, ENSINO SECUNDÁRIO E TÉCNICO PROFISSIONAL _____	67
8.4. ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E EDUCAÇÃO PERMANENTE _____	74
8.5. EQUIDADE E EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS _____	78
8.6. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA ÓPTICA DA EXCELÊNCIA _____	83
QUADRO SÍNTESE DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS /PROJECTOS _____	90
CAP IX. COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ACÇÕES EPT 9.1. COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ACÇÕES EPT _____	91
9.1. COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ACÇÕES EPT _____	92
9.1.1. Fórum Nacional EPT _____	92
9.1.2. Comité Nacional de Gestão e Avaliação (CONGEA) _____	93
9.1.3. Comités Distritais _____	94
9.2. Plano de Acção Para Coordenação, Gestão e Avaliação da EPT _____	95

Lista das Siglas e Abreviaturas

CDE	Comité Distrital de Execução
CNPI:	Comissão Nacional de Primeira Infância
CPD:	Centro Pedagógico Didáctico
CONGEA:	Comité Nacional de Gestão e Avaliação do EPT
CPLP:	Conferência dos Países da Língua Portuguesa
DST:	Doenças sexualmente transmissíveis
EFSQD:	Escola de Formação e Superação de Quadros Docentes
EFOPE:	Escola de Formação de Professores e Educadores
FNUAP:	Fundo das Nações Unidas para as Actividades de População
GVC:	Grupo dos Voluntários Civis
HIV/SIDA:	Síndrome da imunodeficiência adquirida
ISP/STP:	Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe
IUCAI:	Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática
LBSE:	Lei de Bases do Sistema Educativo
MEC:	Ministério da Educação e Cultura
MLA:	Projecto Monitorização da Aprendizagem
NTIC:	Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação
ONG:	Organizações Não Governamentais
PAE:	Programa de Ajustamento Estrutural
PDE:	Plano de Desenvolvimento Educativo
PIB:	Produto Interno Bruto
PNAEPT:	Plano Nacional de Acções da Educação Para Todos
PNUD:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
STP:	São Tomé e Príncipe
UNICEF:	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

É vontade política do Estado são-tomense proporcionar uma educação de base de qualidade a todos os cidadãos e cidadãs, de modo a torná-los sujeitos activos e parte integrante do processo de desenvolvimento do país.

Mas, as reformas educativas efectuadas no país, até ao momento, não têm permitido atingir tal desiderato, devido a uma certa falta de clareza de objectivos e de definição de estratégias realistas capazes de proporcionar a universalidade do acesso de educação de qualidade a todo são-tomense.

É nesta óptica que o Fórum Mundial sobre Educação realizado em Dakar de 2000 constitui num marco determinante da Educação para Todos –EPT (processo que se iniciou em 1990 em Jomtien -Tailândia).

São Tomé e Príncipe subscreveu as conclusões e recomendações assumidas com vista ao desenvolvimento da Educação de Base e de Qualidade, como uma das grandes prioridades no limiar do III Milénio.

Entre outras recomendações um acento particular foi posto na necessidade de elaboração e aplicação de um Plano Nacional de Acções da Educação Para Todos (PNA-EPT).

O PNAT-EPT assim concebido pretende ser um instrumento de orientação estratégica em torno do qual a partir de 2003 se mobilizarão os actores institucionais para que todas as crianças (rapazes e raparigas), em todos os cantos do país possam beneficiar do direito fundamental à educação de qualidade.

Esse plano ora apresentado obedeceu a princípios mais amplos de participação. Assim contou com o envolvimento dos actores educativos, sociais, políticos, culturais e económicos a nível local, distrital e nacional, isto é, desde os professores e directores das escolas passando pelos órgãos do poder local nomeadamente, os presidentes das Câmaras Distritais, as ONG locais, as instituições religiosas até as estruturas centrais do MEC e representações das instituições internacionais com afinidades em educação.

Foram realizados 7 workshop's distritais nos quais foram produzidos ela

Concebeu-se o Plano Nacional de Acção não como um somatório dos planos distritais, mas antes, um espaço de sinergias desenvolvidas à volta de fenómenos que condicionam efectivamente o desenvolvimento da educação em São Tomé e Príncipe, numa óptica de unidade na diversidade. Foram tomadas em consideração as especificidades (culturais, geográficas, sociais e económicas) sem perder de vista o todo nacional.

O PROCESSO DE VALIDAÇÃO DO PLANO NACIONAL

Considerando a necessidade de se transformar o plano num instrumento de orientação de política educativa.

Após a elaboração do plano procedeu-se a validação do mesmo em 18 de Novembro de 2002. Este processo envolveu todos os actores educativos desde as autoridades políticas às direcções de ensino, professores, líderes sindicais e outros ministérios implicados.

Iniciou-se o processo de informação, sensibilização e auscultação em dois níveis: o primeiro foi o processo de validação distrital em que se envolveu toda a comunidade local, os Presidentes de Câmaras Distritais, os representantes de ONGs e Associações Locais, representantes religiosos e responsáveis da Educação; o segundo nível de validação foi nacional, de carácter político em que estiveram presentes a Chefe do Governo (Primeira-Ministra), a Ministra da Educação, a Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a Ministra da Saúde, o Ministro da Juventude e Desporto e o Ministro de Trabalho e Solidariedade.

RESUMO EXECUTIVO

O Plano Nacional é bastante descritivo e estrutura-se em 3 partes fundamentais (Parte I: *O contexto e a metodologia*; Parte II: *Descrição detalhada do Plano em função dos 6 objectivos da EPT*; Parte III: *Coordenação execução e avaliação do PNA-EPT*). As três partes apresentadas subdividem-se em 9 capítulos como a seguir se indica:

- No primeiro capítulo é feita a caracterização destacando-se os aspectos físico-geográficos, demográficos, económicos e sócio-culturais do país;
- No segundo capítulo descreve-se a estruturação do sistema educativo
- No terceiro capítulo é feita uma abordagem relativa ao contexto nacional e internacional da política educativa, realçando as grandes medidas de políticas adoptadas nas últimas décadas, as reformas implementadas, bem como os objectivos do milénio e o quadro de acção de Dakar;
- No quarto capítulo descreve-se a metodologia de elaboração do PNA-EPT;
- No quinto capítulo é feito o diagnóstico dos diferentes sub-sectoros do sistema educativo;
- No sexto é feita uma abordagem sobre o financiamento da Educação realçando a evolução das despesas correntes e a repartição das mesmas por sector, bem como os custos unitários;
- No sétimo capítulo são apresentados os princípios directores do PNA-EPT e as estratégias globais do mesmo;
- No oitavo capítulo é feita a descrição detalhada do PNA-EPT em função dos objectivos;
- No nono capítulo apresentam-se as estruturas de coordenação, execução e avaliação do PNA-EPT, destacando estruturas nacionais e distritais.

**I PARTE: CONTEXTO E METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO
NACIONAL DE ACÇÃO**

CAPI. APRESENTAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

1. Aspectos físico-geográficos

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é formada por duas ilhas e quatro ilhéus. As ilhas são as que dão o nome ao país: a de São Tomé e a do Príncipe, localizadas a oeste do continente africano, em pleno Golfo da Guiné, mais 4 ilhéus sendo o maior, o ilhéu das Rolas, a sul da ilha de São Tomé.

A ilha de São Tomé fica a 360 km do continente africano e a do Príncipe a 269 km. A ilha do Príncipe situa-se, aproximadamente, a 160 km ao norte da ilha de São Tomé.

A área aproximada de São Tomé é de 859 km² e a do Príncipe de 142 km², num total de 1.001km² para todo o território nacional.

2. Organização política e administrativa

Após 5 séculos de dominação colonial portuguesa, São Tomé e Príncipe tornou-se independente em 1975. Nos primeiros anos de independência, o país optou por uma via de desenvolvimento baseada na economia centralizada e com um regime de partido único. Em 1990, o país dotou-se de uma nova constituição política baseada na democracia multipartidária, com o poder distribuído por quatro órgãos de soberania, o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

Do ponto de vista administrativo, o país organiza-se por distritos, em número de seis, na ilha de São Tomé e uma região administrativa especial, a Região de Príncipe com um estatuto político-administrativo próprio.

3. Aspectos demográficos

A população são-tomense passou de 117 504 em 1991 para 137 599 em 2001¹, o que representa uma taxa de crescimento médio anual de 1,59%. Esta taxa de crescimento representa um abrandamento em relação ao período de 1981 a 1991 em que a taxa de crescimento anual era 1,98%.

O peso dos jovens na estrutura da população é relativamente significativo, pois o grupo etário de 0 a 14 anos compõe-se de 57 874 indivíduos, representando 42 % da população, enquanto que o grupo etário de 0 a 25 é composto por 89 742 pessoas que representa 65,2% da população total.

A esperança de vida é de 63,9 anos, sendo 61,3 para homens e 66,5 para mulheres.

A densidade populacional em São Tomé e Príncipe é de 137,5 habitantes por km², variando de 3 145 h/km² em Água Grande a 21 h/ Km² em Caué.

¹ Dados do III Recenseamento Geral da População e da Habitação publicados em 01/11/2002

Do total da população, cerca de 54,5 % concentra-se na área urbana ao passo que 45,5 % localiza-se na área rural.

A capital do país (incluindo os arredores) é habitada por 49 957 pessoas, representando cerca de 37 % da população.

Em termos da ocupação populacional por distritos verifica-se que os distritos de Água Grande e Mé-Zochi representam cerca de 63% da população total do país, sendo 51.886 (37,7%) no Distrito de Água Grande e 35.105 (25,5%) no Distrito de Mé-Zochi.

O fenómeno de êxodo rural teve uma evolução significativa no período de 1991 a 2001, verificando-se que o distrito de Água Grande (onde se situa a capital do país) é o principal pólo de atracção.

4. Aspectos económicos

4.1. Políticas de Desenvolvimento Económico e Social

As grandes linhas de orientação sobre a política de desenvolvimento económico-social assentam sobre os seguintes aspectos essenciais:

- Crescimento económico
- Redução da pobreza
- Reorganização do estado
- Promoção da Boa Governação
- Reforço da democracia
- Desenvolvimento humano e a solidariedade.

No concerto das Nações S.T.P. tem participado em todos os *fora* internacionais e mundiais que enquadram as principais problemáticas do desenvolvimento. Neste contexto o país ractificou as recomendações da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social e participou na Cimeira do Milénio no ano 2000. Tendo realizado o exercício dos objectivos do milénio para o desenvolvimento (O.M.D.) perspectivando-se a conclusão do balanço do país (BCP).

Este exercício foi antecedido pela elaboração e adopção de uma estratégia nacional de Redução da Pobreza em 2002, pelo que as recomendações e os programas contidos nessa estratégia têm inspirado e orientadas as mais diversas opções e decisões nos domínios políticos, económicos, social e cultural.

Desde o início dos anos 90 que STP têm vindo a realizar profundas reformas estruturais e democráticas mas resta ainda muito a fazer para se atingir a boa governação.

O crescimento económico tem sido extremamente modesto desde 1975. De 1987, ano do início da aplicação do programa de ajustamento estrutural até 1997 o crescimento económico situou-se num valor médio anual da ordem de 1,2%. Só a partir de 1998 é que a taxa de crescimento PIB aumentou para 2,5%, tornando-se superior ao crescimento da população, passando para 4% em 2002.

Ajuda pública ao desenvolvimento que o país tem beneficiado traduziu-se entre 1991 – 1998 para cerca de 376 USD por habitante por ano (sensivelmente igual ao PIB por

capita). Mas apesar disso os indicadores sociais degradaram-se durante a década tendo-se registado um índice de cerca de 53,8% da população vivendo abaixo do limiar da pobreza.

A estrutura económica de São Tomé e Príncipe foi sempre marcada por uma forte dependência do exterior e da produção de um único produto de exportação, o cacau. Este produto, que foi introduzido, em meados do século XIX, tornou-se, aos poucos, o principal interesse das sociedades agrícolas de capital europeu que gradualmente se viriam a implantar. Em 1960 o cacau ocupava cerca de 52% das terras cultivadas das ilhas (superfície agrícola útil). São Tomé e Príncipe chegou a ser o primeiro produtor mundial de cacau em 1918, com mais de 35.800 toneladas.

No entanto, os níveis de produção foram baixando continuamente, tendo passado de 10.000 toneladas em 1974 para 4.750 em 1995, ou seja, uma redução de 52,5% em cerca de 20 anos.

No mesmo período nota-se uma quebra acentuada das exportações de outros dos produtos tradicionais (cacau e copra) em cerca de 64% e 179% respectivamente. No entanto, a exportação da rubrica "outros produtos" (não tradicionais) aumentou cerca de 3,8 vezes, passando de 601 milhões de dobras em 1995 para cerca de 3,666 mil milhões de dobras em 1997 (tabela 3), o que leva a deduzir que se tem verificado uma diversificação das exportações.

Segundo informações fornecidas pela Direcção de Estatística, em 1997 a população activa ocupada foi de 37.245 pessoas, sendo 14.734 (39,55%) no sector primário (agricultura e pescas) e 11.648 (31,2%) no sector terciário (comércio, transportes, comunicações, função pública e instituições financeiras), do total da população empregada.

Apesar das grandes dificuldades que conhece actualmente a economia são-tomense as perspectivas de extracção do petróleo parecem dar um novo alento à economia.

5. Aspectos sócio-culturais

Entre 1470/1471 chegaram os primeiros portugueses às ilhas de São Tomé e Príncipe e iniciaram um período de colonização que durou cinco séculos. No início o povoamento foi feito através de **crianças judíacas degradados** da coroa portuguesa e da população escrava trazida da costa africana.

Hoje o tecido social de São Tomé e Príncipe é caracterizado por uma grande heterogeneidade resultante do modelo de formação social, do sistema de povoamento e de fundação da cidade capital, mas sobretudo devido ao sistema económico introduzido pelos portugueses, baseado no desenvolvimento de culturas de exportação efectuadas em grandes áreas e que careciam de uma grande quantidade de mão-de-obra de que não dispunham as ilhas e que era necessário importar.

No séc. XVI, surgiram os mulatos, descendentes do cruzamento entre os primeiros povoadores brancos e escravas negras vindas do continente. Esses mulatos, ligados à produção da cana-de-açúcar e outras culturas, vão-se distinguir dos demais grupos existentes na altura, pela sua riqueza e prestígio, formando assim o grupo aristocrático

da ilha. Essa franja social será chamada “filhos da terra”, colocados numa hierarquia muito especial de estrutura social das ilhas como proprietários livres, donos dos engenhos e dos escravos.

Os dois grupos, "filhos de terra" e "forros", passaram por um longo processo de integração e de assimilação, embora a superioridade aristocrática da 1ª franja social se tivesse mantido no aspecto ético e estético.

A mão-de-obra importada era constituída, na sua essência, por pessoas oriundas das outras colónias portuguesas e tinha como espaço de acção as “roças”, onde prestavam serviços aos patrões colonizadores, de quem se encontravam completamente à mercê, sem quaisquer contactos exteriores. Terminando os contratos, uns optavam por regressar aos países de origem e outros ficavam definitivamente. Porém, mesmo quando libertos da opressão roceira, esses trabalhadores não encontravam, fora do espaço das roças, terra para se instalar, tornando-se de novo o único lugar que lhes oferecia maior segurança. Os seus filhos nascidos nas ilhas chamar-se-iam de “*tongas*”².

Outro grupo social, que não se pode deixar de mencionar, é o dos angolares, Dada a ocupação do espaço geográfico, este grupo tem como actividade económica preponderante a pesca.

Houve, ao longo dos tempos, várias mudanças no quadro étnico, de acordo com a evolução da situação económica do país e a alteração do sistema de trabalho contratado, o que originou a hierarquização de espaços e dos homens e influenciou, substancialmente, a configuração do quadro étnico do país, que hoje se apresenta.

A questão inter-étnica sempre se pôs com muita acuidade em São Tomé e Príncipe durante o processo de colonização das ilhas.

Com o advento da democracia surge uma nova relação estrutural do poder. A liberalização económica abriu novos horizontes a certas franjas sócio-profissionais, despertou uma evolução em direcção a uma actuação cada vez mais autónoma de grupos de cidadãos e de interesses. Esta classe é ainda embrionária, na medida em que são escassos os capitais nacionais disponíveis para investir nos sectores de produção e serviços. Este processo, difícil e lento, serviu de verdadeiro ponto de partida para o aparecimento, em cena, da sociedade civil, com multiplicações de associações profissionais, religiosas, culturais, ambientais e outras, que actuam em diversos espaços da sociedade santomense, pela defesa dos interesses colectivos e das comunidades. O crescimento no sector das ONG's é extremamente rápido.

A degradação das infra-estruturas no meio rural e as consequências nefastas que daí advieram, provocou um grande fluxo migratório para as zonas suburbanas e urbanas, dando assim origem a uma forte concentração da população na capital do país e o surgimento de uma franja da sociedade constituída por indivíduos conhecidos como candongueiros. Trata-se de um estrato social de indivíduos que começaram por praticar actividades comerciais à margem da lei, muitas vezes com características de caixeiros-viajantes, que, a partir dessa situação, passaram a controlar a cadeia de abastecimento e de distribuição de bens de primeira necessidade, sobretudo os de importação.

Já com algum poderio económico, muitos destes comerciantes informais vêm reinvestindo no comércio formal (abertura de estabelecimentos comerciais), na construção, nos transportes, na hotelaria e na agricultura.

Assiste-se também o renascer de um embrião de classe empresarial, proveniente dos antigos comerciantes, roceiros e políticos tendo uma influência directa em actividades económicas ao implantarem-se como empresários. A economia santomense era pois um apêndice da economia da potência colonizadora, profundamente marcada pela exploração de forma rudimentar de certos produtos agrícolas destinados à exportação (cacau, copra e café). Qualquer outro tipo de agricultura, nomeadamente a alimentar, era feita de forma marginal, sobretudo nas lavras. Os recursos haliêuticos e florestais também foram poucos explorados. Pode dizer-se que a exploração dos recursos naturais não chegou a assumir um carácter extensivo nem intensivo capaz de ameaçar o equilíbrio ecológico.

CAPII. DESCRIÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE

2.1. EDUCAÇÃO ESCOLAR

O Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe tem sofrido ao longo dos tempos várias alterações. Actualmente é estruturado segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) – Lei n.º 2/2003 e compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.

A educação extra-escolar engloba alfabetização e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

2.1.1. Educação pré-escolar

A Educação pré-escolar destina-se às crianças de idade inferior a 6 anos.

A frequência é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo educativo.

Incumbe ao Estado apoiar a existência de iniciativas no âmbito do desenvolvimento pré-escolar.

A rede da educação pré-escolar é constituída por instituições próprias de iniciativa de poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente, associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confeccionais, organizações sindicais, de empresas e instituições de solidariedade social.

Compete ao MEC a coordenação da política educativa e definir normas gerais de Educação Pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

São objectivos da educação pré-escolar:

- a) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- b) Contribuir para a estabilidade e segurança afectiva da criança;
- c) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- d) Desenvolver a formação da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;

- g) Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
- h) Proceder a despistagem de inadaptações de deficiências e precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

2.1.2. Ensino Básico (1ª a 6ª classe)

Baseado no princípio de gratuidade, universalidade e obrigatoriedade, o ensino básico tem a duração de seis anos.

O ensino básico compreende dois ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro e o 2º de dois anos, organizados nos seguintes termos:

- No 1º ciclo, que vai da 1ª a 4ª classe, o ensino é globalizante da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
- No 2º ciclo, que vai da 5ª a 6ª classe o ensino organiza-se por disciplinas de formação básica;

São objectivos do ensino básico:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os santomenses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente interrelacionados o saber e o saber-fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano.
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;
- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos de identidade, e cultura santomense, bem como o da língua portuguesa;
- h) Proporcionar aos alunos experiência que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente as deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- k) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;

- l) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- m) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- n) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos;

2.1.3. Modalidades especiais da educação escolar

Constituem modalidades especiais de educação escolar:

- a) - A educação especial;
- b) - O ensino recorrente de adultos;
- c) - A formação profissional;
- d) - O ensino à distância;

Educação Especial

Esta modalidade tem como objectivo o atendimento e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas.

Para além dos objectivos gerais, a educação especial deve permitir:

- a) - O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;
- b) - A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) - O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) - A redução das limitações provocadas pela deficiência;
- e) - O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
- f) - O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) - A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

Compete ao Ministério responsável pela coordenação da política educativa competir definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

As iniciativas de educação especial podem ser do poder central, regional ou local ou outras entidades colectivas, designadamente, associação de pais e de moradores, organizações cívicas e confeccionais, organizações sindicais, empresas e instituições de solidariedade social.

Compete ao Estado promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

Ensino recorrente de adultos

Esta modalidade de ensino destina-se aos indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário com objectivo de se eliminar o analfabetismo.

Formação profissional

A formação profissional visa fundamentalmente a preparação para a vida activa e a integração no mundo do trabalho, o que implica a aquisição de conhecimentos e

competências profissionais específicas de acordo com as necessidades nacionais de desenvolvimento e a própria evolução tecnológica.

No entanto, de conformidade com a Lei de Bases, a organização e o funcionamento da formação profissional é remetida para diplomas próprios que ainda não estão elaborados.

Ensino à distância

Segundo a Lei de Bases esta modalidade de ensino constitui uma forma complementar do ensino regular, ou seja, uma modalidade alternativa da educação escolar em que se recorre às novas tecnologias de informação e comunicação mediante a utilização das multimédias. Deve ser incentivada a utilização desta modalidade no ensino recorrente e na formação contínua e em exercício dos professores.

2.1.4. Ensino Secundário

O ensino secundário compreende dois ciclos, sendo cada um de três anos e organiza-se segundo formas diferenciadas integrando cursos orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos no 2º ciclo, contendo todas elas componentes de formação de sentido tecnológico e profissionalizante, de cultura santomense e língua portuguesa, adequadas à natureza dos diversos cursos.

O ensino secundário tem por objectivos:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura santomense em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- g) Criar hábitos de trabalho, individual, e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

2.1.5. Ensino Superior

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com o ensino secundário ou equivalente, tendo em conta as necessidades da formação para o país.

Cabe ao Estado criar condições que permitam a frequência a todos os cidadãos de forma a evitar os efeitos discriminatórios ou desigualdades decorrentes das assimetrias regionais.

São objectivos do ensino superior:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade santomense, e colaborar na sua formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através de ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

A política do Estado santomense em matéria de formação superior baseou-se numa primeira fase, no princípio de que as reduzidas dimensões do país não justificavam a criação de uma instituição de nível universitário ou mesmo politécnico superior. Daí que a formação superior de quadros santomenses tenha sido feita sempre no estrangeiro

através da atribuição de bolsas de estudo postas à disposição do país pela cooperação externa. Por razões de vária ordem que têm a ver com a eficácia e com a grande procura da parte dos jovens, este princípio foi ligeiramente alterado e actualmente foram criadas no país, instituições de carácter superior, das quais se destacam no sector público o Instituto Superior de Formação (ISP/STP) criado em 1996 pelo Decreto n.º 88/96 do Ministério da Educação, Juventude e Desporto e no sector privado o Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI), criado em 1994.

O ISP, instituição pública de formação superior, tem como objectivo principal de organizar e leccionar cursos na área de formação inicial de docentes ou outros que venham a ser relevantes, tendo estado a funcionar desde a sua criação a formação de professores secundários, enquanto que o IUCAI, instituição privada de formação tem promovido desde a sua criação, cursos na área da Administração e Informática.

2.2. Educação Extra-escolar

A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa

A educação extra-escolar tem como objectivo:

- Permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.
- Complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico e integrada na dinâmica no mundo do trabalho.

São vectores fundamentais da educação extra-escolar:

- a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional;
- b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram ou abandonaram precocemente o sistema regular do ensino, designadamente, através da alfabetização e da educação de base de adultos;
- c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;
- d) Preparar para o emprego, mediante iniciativas de formação, reconversão e aperfeiçoamento profissional;
- e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam aos jovens e adultos adaptarem à vida contemporânea;
- f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.

Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações de estudantes e

organismos sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outros.

2.3. Educação Não-Formal

Este domínio da Educação assume um carácter muito variado e com várias iniciativas e abordagens. As mais predominantes têm sido desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil (sobretudo as ONGs) que actuam no meio rural, sob a vertente de desenvolvimento comunitário. Nestas iniciativas as actividades educativas, especificamente a alfabetização, constituem um meio para o alcance dos objectivos de desenvolvimento rural.

Essas iniciativas têm sido desenvolvidas maioritariamente com o apoio e recursos da cooperação externa.

A tutela da Educação Não-Formal está bastante difusa e mal definida.

Do ponto de vista institucional, os organismos que apoiam iniciativas ou projectos da Educação Não-Formal são o Ministério da Educação e Cultura, da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Trabalho e Solidariedade, Juventude e Desporto.

As acções que têm sido apoiadas pelo MEC centram-se em intervenções sobre:

- Educação das raparigas que não concluíram o ensino básico ou com níveis incompletos de escolaridade;
- Alfabetização de adultos;
- Desenvolvimento de áreas das expressões no currículo escolar para crianças mais desfavorecidas

No domínio da Agricultura as iniciativas têm sido ligadas ao processo de animação rural associado à distribuição de terras e à vulgarização agrícola. Assim, a capacitação das pessoas nas comunidades agrícolas passa pela sua preparação mínima através de cursos práticos direccionados para o melhor desempenho individual e que exigem a alfabetização.

No domínio do Trabalho e Solidariedade têm sido marcadas pelos projectos de formação profissional, de carácter pontual em áreas consideradas necessárias para o complemento do desenvolvimento de micro-empresas e de resolução de problemas de primeiro emprego. Assim, temos registado projectos de formação em artes e ofícios, administração e gestão.

Embora não haja legislação e política definidas para a problemática dos Meninos da Rua, enquanto um fenómeno recente na sociedade tem merecido alguma atenção da parte do Ministério do trabalho, Emprego e Solidariedade que, em conjunto com algumas ONGs e a Cruz Vermelha, têm desenvolvido alguns projectos para recuperação e integração dessas crianças.

Os projectos da Educação Não-Formal desenvolvidos pelo Ministério da Juventude e Desporto visam fundamentalmente a formação de jovens para a procura do primeiro emprego e também para a ocupação dos tempos livres.

CAP III. CONTEXTO DE POLÍTICA EDUCATIVA

3.1. Contexto Nacional

As medidas de políticas adoptadas no país para o desenvolvimento da Educação visam prioritariamente o alargamento e o reforço da escolaridade básica obrigatória de qualidade, subscrevendo no essencial as conclusões e recomendações dos principais eventos internacionais e mundiais sobre a Educação, nomeadamente a Conferência de Jomtien (1990) Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e de Dakar (2000), as conferências regionais sobre a Educação, (MINEDAF VII – Dar-El-Salam 2002) bem como as iniciativas levadas a cabo pela Conferência dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Com a independência nacional (em 1975) assistiu-se a um desenvolvimento bastante significativo da Educação tendo-se alcançado resultados muito positivos com a massificação do ensino. A orientação marxista do Estado deu lugar, em 1990, a um regime multipartidário de governação do país e instauração do quadro de liberalização económica e dos princípios da economia de mercado.

A abertura política do país em finais da década de 80 e o advento da democracia permitiu uma ampla reflexão nacional sobre as finalidades da Educação tendo proporcionado algumas intervenções importantes com vista ao melhor enquadramento da Educação.

Foi assim que em 1986 se iniciou um projecto de reforma curricular com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian de Portugal ao qual se associou mais tarde o BM para as vertentes de elaboração e impressão de manuais e formação de inspectores. Essa reforma curricular que previa a reformulação completa dos currícula e programas de 1^a a 12^a classe não foi concluída nas áreas disciplinares de Física, Química, História, Inglês, Francês e Educação Física.

Em 1995 realizou-se uma consulta sectorial apoiada pelo PNUD.

Em 1996 foi realizado, com o apoio da UNICEF e da UNESCO, um Fórum Nacional da Educação, a partir do qual se pretendia definir um quadro de política educativa.

Em termos de princípios orientadores o quadro normativo de desenvolvimento do sistema educativo conheceu a sua verdadeira mudança de orientação com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Dec. Lei nº 53/88). Esta Lei foi recentemente revogada pela Lei nº2/2003 sob constatação de que o normativo anterior mostrava-se desajustado ao contexto sócio-político e económico. Com a nova Lei pretende-se munir o sistema educativo de aspectos mais inovadores e actualizados em função da conjuntura de desenvolvimento **mas torna-se necessario fazer uma revisão e actualização da lei de base do sistema educativo.**

Tendo o país subscrito aos objectivos de Milénio para o Desenvolvimento aos engagements de Dakar, as autoridades responsáveis pela Educação no país têm

manifestado este sector como um dos domínios mais prioritários e um dos serviços mais importantes para o cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza .

O Plano Nacional de Acção da Educação para todos (PNA_EPT) desenvolvido nesta conjuntura afigura-se como um mecanismo de actuação estratégica para o qual se podem mobilizar através dos parceiros nacionais e internacionais os recursos necessários para a materialização dos objectivos do milénio e a implementação da estratégia de luta contra a pobreza com vista ao desenvolvimento sustentado.

3.1.1. A Estratégia Nacional de Educação e Formação e a EPT

A Estratégia Nacional da Educação e Formação advoga um sistema educativo “integrado e diversificado” concebendo-se que o sector educativo apoia-se sobre a escola pública **mas é necesario uma regulamentação urgente para definir de forma clara a participação do sector privado no sistema nacional de educação** respondendo aos critérios de qualidade. A articulação vertical entre os níveis da educação e horizontal e entre os sectores formal e informal é uma das abordagens **previlegiadas de desenvolvimento da Educação.**

Além dos princípios da equidade e da qualidade a ENEF reflecte um amplo consenso dos actores nacionais em torno dos objectivos e estratégias internacionais.

3.2. Contexto Internacional

3.2.1.Objectivos do Milénio e a EPT

A lista dos objectivos do Milénio para o desenvolvimento (OMD) não contradiz de maneira alguns os acordos sobre outros objectivos e metas resultantes das conferências mundiais dos anos 90. Os 8 objectivos representam uma parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento de forma “a criar tanto ao nível nacional como ao nível mundial um clima propício ao desenvolvimento e a eliminação da pobreza”. Resolução 55/2 da Assembleia das Nações Unidas.

Verifica-se uma sintonia entre o OMD e a EPT na medida em que a promoção da educação primária universal constitui um objectivo comum. Além disso, a meta de 2015 representam uma base comum de definição dos 2 quadros estratégicos. Embora os outros objectivos do Milénio não sejam explicitamente idêntica aos objectivos do EPT contêm entretanto linhas de força que contribuam para a realização do EPT, nomeadamente pela atenção que é dada a saúde infantil e materna, à problemática de género e autonomização das mulheres, combate a VIH/SIDA e a eliminação da pobreza.

No contexto do NEPAD (Novas parcerias para o desenvolvimento de África) a Educação é o motor da nova economia mundial e situa-se no centro do desenvolvimento, do progresso social e da liberdade. O desafio para a África consiste na edificação dos sistemas educativos que integram os valores africanos de civilização, aberto ao mundo para constituir os verdadeiros fundamentos para o desenvolvimento.

Da análise da situação da educação em África constata-se os seguintes desafios:

- A universalização do ensino básico implica claramente uma impulsão rigorosa a 2 tipos de actividades inter-relacionadas; a expansão do acesso e a melhoria da qualidade;
- A educação dos jovens e adultos deve passar necessariamente por abordagens não formais que, infelizmente ainda não beneficiam de um apoio suficiente em termos de recursos;
- O ensino secundário regista uma taxa de escolarização inferior a 20% em 22 países (das quais S.T.P. também se inclui)

A paridade entre os sexos é um objectivo com respeito a situação actual pois que pela situação actual do continente africano os objectivos femininos representam 44% na pré-escolar, 45% na primária, 45% na secundária e 35% na superior.

Os desafios compreendem ainda a educação para o processo de HIV/SIDA e outras endemias, a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação.

No que respeita a promoção da escolarização primária, STP integra num grupo de países onde o acesso é relativamente inferior a média dos países africanos. Assim, tal como é recomendado pelo MINEDAF VIII (Relever les défis de l'Éducation en Afrique, des engagements aux actions ED – 02/MINEDAF/3, pág.9), impõe-se a definição e adopção de estratégias de consolidação, de melhorar e de promoção, ou seja:

- Consolidação das aquisições qualitativas da educação primária;
- Melhoria da qualidade do ensino dispensado;
- Promoção de diversas formas de educação para satisfazer as necessidades educativas de deferentes categorias da população.

Segundo essa análise, um dos desafios em iniciativa da Educação de base será provavelmente a redução da taxa de analfabetismo da população adulta.

3.2.2. Quadro de Acção de Dakar – Objectivos e Estratégias

Em Abril de 2000 reuniu-se em Dakar (Senegal) o Fórum Mundial sobre a Educação que adoptou o quadro de acção de Dakar. Esse documento reafirma os objectivos de EPT tais como foram concebidos em Jontiem (Tailândia) em 1990 e outras conferências internacionais.

O Fórum de Dakar foi convocado afim de avaliar os progressos da EPT após 10 anos de experiência de implementação das acções preconizadas.

Os resultados desse balanço permitem ajudar os governos e seus parceiros a apreciar em que medida foram atingidos os objectivos da universalização da educação de base e a identificar as estratégias eficazes para obter benefícios futuros nesse domínio.

De uma forma geral concluiu-se:

- a) Houve um aumento significativo de número de crianças escolarizadas em comparação com a década anterior;
- b) Registaram maior desenvolvimento dos programas da pré-escolar e primeira infância;

- c) Verificou-se uma diminuição de número de crianças não escolarizadas;
- d) Em muitos países em via de desenvolvimento houve um aumento substancial de número de adultos alfabetizados;
- e) Nalguns países registaram-se progressos significativos em matéria de redução das desigualdades no acesso à educação.

No balanço do ano 2000 identificou-se outras evoluções positivas durante o decénio precedente. Muitos países adoptaram quadros de acção medidas de políticas e legislação destinadas a realizar os objectivos da EPT.

No entanto, foi importante ressaltar que nenhum dos objectivos específicos da EPT foi integralmente realizado, constituindo-se assim o objectivo fundamental do acesso universal à educação de base para todos como um desafio pertinente que ainda continua na agenda actual dos países.

Adoptando-se o quadro de Acção de Dakar os participantes do Fórum reafirmaram a visão da declaração mundial de educação para todos e reiteraram a convicção de que a educação é um direito fundamental e uma condição essencial ao desenvolvimento sustentável assim como o factor da paz e da estabilidade nos países.

Os participantes engajaram-se colectivamente a atingir 6 objectivos específicos a favor da EPT.

Os objectivos são os seguintes:

- 1. Desenvolver e melhorar em todos os aspectos a protecção e educação da primeira infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.*
- 2. Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças, nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.*
- 3. Responder às necessidades educativas de todos os Jovens e Adultos assegurando um acesso equitativo aos programas adequados tendo como objectivo a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para a vida corrente.*
- 4. Melhorar em 50% os níveis de Alfabetização de Adultos, nomeadamente das mulheres, até 2005 e assegurar a todos os adultos um acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente.*
- 5. Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade no referido domínio em 2015 velando nomeadamente por assegurar às raparigas um acesso equitativo e sem restrição à uma educação de base de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso.*

6. Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

As estratégias

Para alcançar esses 6 objectivos os delegados engajaram-se a colaborar sobre as seguintes grandes estratégias:

- i.* Suscitar aos níveis nacional, e internacional um engajamento político a favor da Educação para Todos, definir os planos de acção nacionais e aumentar o investimento na Educação de base;
- ii.* Promover as políticas da Educação para Todos no quadro de uma acção sectorial durável e bem integrada, claramente articulada com as estratégias de eliminação da pobreza e de desenvolvimento;
- iii.* Fazer de forma que a sociedade civil participe activamente na formulação, na implementação e no seguimento das estratégias de desenvolvimento da Educação;
- iv.* Desenvolver os sistemas de gestão e de governação da Educação que sejam **proactivas**, participativas e avaliáveis;
- v.* **Reorganizar o modelo de gestão das escolas contemplando o alargamento da escolaridade básica de 6 classes.**
- vi.* Responder às necessidades dos sistemas educativos submetidos a ambientes de conflitos de catástrofes naturais e de situações de instabilidade e conduzir os programas de educação segundo métodos que sejam de forma a promover a paz, a compreensão mútua e a tolerância e a prevenir a violência e os conflitos;
- vii.* Desenvolver estratégias integradas para a igualdade dos sexos na educação que tomem em conta a necessidade de uma evolução das atitudes, dos valores e das práticas;
- viii.* Criar um ambiente educativo são e seguro, inclusivo e equitativamente dotado de recursos que favoreça a excelência da aprendizagem e conduza aos níveis de aquisição claramente definidos por todos;
- ix.* Implementar com urgência as actividades e os programas de educação para lutar contra a pandemia do HIV/Sida;
- x.* Melhorar a condição, a motivação e o profissionalismo dos professores;
- xi.* **Reforçar e consolidar o sistema de formação de professores contemplando a formação geral para atender as crianças com capacidades especiais.**

- xii.* Pôr as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) ao serviço de realização dos objectivos da EPT;
- xiii.* Assegurar um seguimento sistemático dos programas alcançados do ponto de vista dos objectivos e das estratégias da EPT aos níveis nacional, regional e internacional;
- xiv.* Reforçar os mecanismos existentes para fazer progredir mais rapidamente e EPT.

CAPIV. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL EPT

A metodologia utilizada para a elaboração do Plano Nacional de Acção EPT, baseou-se numa primeira etapa numa profunda análise do existente, das insuficiências e das carências do sistema, em termos de recursos disponíveis, materiais e financeiros, necessários a implementação dos objectivos definidos pelo sistema. Tornou-se assim clara, a necessidade de suprir essas carências, assim como a necessidade de se proceder a reformas mais profundas que possam atender aos objectivos da EPT para o ano 2015.

A elaboração do PNA-EPT baseou-se fundamentalmente na necessidade de completar as lacunas existentes em termos de oferta da educação aos sectores mais desfavorecidos da sociedade, nomeadamente, das comunidades rurais, das localidades afastadas dos centros de decisão, dos mais pobres e daqueles que necessitam de intervenções educativas especiais.

Uma atenção particular foi dada às necessidades de educação das raparigas, tomando em consideração as especificidades da política de género que o país pretende implementar com o objectivo de aumentar e melhorar a participação do sexo feminino no processo de desenvolvimento.

Uma ênfase particular foi dada à problemática da melhoria da qualidade, pois que, se é verdade que há necessidade de alargamento das acções de educação, a todos os níveis, não é menos verdade que há necessidade de pôr um acento tónico no aspecto qualidade de educação, se o objectivo é preparar as novas gerações para os desafios do futuro.

A abordagem utilizada para a elaboração do EPT, compreendeu as etapas que a seguir se descreve com o objectivo de galvanizar um maior envolvimento da sociedade nas suas mais variadas componentes. O processo tornou-se dessa maneira mais participativo e pretende reflectir a vontade de todos os sectores da sociedade interessados numa melhor prestação da educação ao cidadão:

- Criação de 6 grupos temáticos coordenados por especialistas em função dos 6 objectivos da EPT;
- Elaboração de ante-projectos de planos distritais;
- Validação interna (distritais);
- Criação de uma equipa técnica para compilação, concepção e elaboração do PNA-EPT;

- Validação nacional.

Os seminários e ateliers nacionais e regionais enquadram-se nessa perspectiva de envolvimento e participação, onde a validação interna do EPT torna-se o ponto culminante numa abordagem que primou pela análise exaustiva e pelo consenso.

Durante cerca de dois meses percorreu-se o país em todos os distritos tendo-se procedido à auscultação dos actores educativos, sociais, políticos e institucionais. O Seminário de Validação nacional do Plano Nacional de Acção da Educação para Todos constitui o ponto mais alto deste processo participativo. Nesta ocasião os representantes das organizações da Sociedade Civil defenderam os seus pontos de vista perante os decisores políticos e institucionais defendendo um desenvolvimento harmonioso entre a Educação formal e não formal. O presente plano de acção é uma síntese das principais contribuições recolhidas.

O Plano Nacional de Acção não é um somatório dos planos distritais, mas antes, um espaço de sinergias desenvolvidas à volta de fenómenos que condicionam efectivamente o desenvolvimento da educação em São Tomé e Príncipe, numa óptica de unidade na diversidade. Foram tomadas em consideração as especificidades (culturais, geográficas, sociais e económicas) sem perder de vista o todo nacional.

II PARTE: DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO

CAP V. DIAGNÓSTICO DOS SUB-SECTORES

É consensual hoje em dia a necessidade de uma ampla e profunda intervenção no sentido de melhoria de performance da Educação.

As múltiplas transformações ocorridas no país no domínio político, económico-social e cultural associado aos fenómenos mais recentes ocorridos mundialmente faz com que STP enquanto país insular tem que se preparar melhor para participar também como sujeito activo neste processo de mudanças globais.

A melhoria da qualidade e da eficácia do ensino tem sido assumido nos últimos anos por todos os actores educativos como um dos grandes desafios da Educação em STP.

Assiste-se a uma fraca relevância da Educação em termos de aprendizagem significativa para a vida, do exercício da cidadania e da contribuição para o desenvolvimento do país.

De uma forma geral os indicadores de acesso e de participação revelam que há uma forte pressão sobre o sistema educativo, sobretudo ao nível do ensino primário (1^a a 4^a classe).

Ao nível da qualidade da educação o sistema caracteriza-se por:

- Escassez de oferta educativa a todos os níveis incluindo o do ensino básico obrigatório;
- Existência de uma maioria de professores sem formação específica;
- Carência de manuais actualizados e existência de programas obsoletos;
- Desarticulação dos diferentes níveis de ensino e pouca flexibilidade estrutural para a progressão escolar.

Do ponto de vista de gestão institucional o sistema educativo é caracterizado por um modelo de gestão centralizada pouco eficaz e sem mecanismos adequados de controle, supervisão e apoio. As escolas ressentem-se da falta de apoio permanente e oportuno em todos os aspectos: equipamentos e mobiliário, materiais escolares e educativos, meios de ensino e recursos financeiros mínimos para a gestão quotidiana.

Os órgãos centrais de planificação e execução das políticas educativas resumem-se ao exercício de funções mais elementares.

5.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A Educação pré-escolar constitui o 1^o nível do sistema nacional de educação geral, embora de carácter facultativo. Este aspecto que foi introduzido a partir de 1988 e que se mantém a presente data representa claramente um retrocesso que dificulta o desenvolvimento da 1^a infância no espírito da EPT. Esta situação encontra-se revelada tanto no domínio de acesso, de qualidade como de gestão.

Diagnóstico de Acesso

A oferta pública deste sub-sector caracteriza-se pela existência de 54 creches nas empresas agrícolas “roças” (contra 119 no passado), 17 jardins-de-infância para crianças de 3 aos 5 anos de idade e algumas iniciativas privadas deste serviço de 1^a infância

geridas por Igreja Católica, **ONG's e entidades individuais**. Na década de 90 acentou-se a tendência decrescente com sérias limitações de acesso.

Os principais indicadores que se seguem demonstram a situação descrita acima. Com efeito, em 1996 já se registava um decréscimo acentuado passando para apenas 7 000 crianças inscritas em 91 creches e 13 jardins sob a responsabilidade de 140 educadores e monitores, o que representa um ratio de 1: 50.

No ano lectivo 2001/2002 existiam apenas 42 creches e 16 jardins-de-infância em que estavam inscritas um total de 4 677 crianças.

Actualmente, ano 2005-2006 a taxa bruta de escolarização, considerando o grupo de população de 5 e 6 anos, é de 66,96 e a taxa líquida é de 22,32%. Frequentam o nível de pré-escolar, 6398 crianças entre 0 e 6 anos.

A diferença entre a taxa líquida e a bruta, indica que a extra-idade é de 48,64%. Em outras palavras, 48,6 % das crianças que frequentam à pré-escola têm uma idade inferior à ideal para este nível de ensino.

A situação da oferta educativa do nível pré-escolar, é bem refletida no quadro a seguir. A coluna identificada como “Déficit”, indica a quantidade de “vagas” que seria necessário habilitar para poder cobrir toda a demanda de educação pré-escolar da população de 5 e 6 anos. Isto requerirá a implementação de um trabalho de organização da oferta educativa (utilização da capacidade instalada para prestar serviços à população de 5 e 6 anos)

Por outro lado, para garantir o serviço de educação pré-escolar a crianças de menos de 5 anos, o estado deverá estimular as iniciativas locais, de associações, da sociedade civil organizada, de pais e de outros membros da comunidade.

Como pode se observar no seguinte quadro, o distrito mais desfavorecido é o de Me-Zochi. Água Grande, o distrito em que se encontra a capital de São Tomé. O déficit é calculado em relação a oferta existente e procura potencial.

Quadro N° 1: Alunos em pré-escolar por Distrito Ano 2005-2006

	Total Real (1)	Alunos nas Creches (2)	Alunos nos Jardins (3)	População 5 e 6 anos (4)	Deficit (4)-(1)	Déficit em %
Água Grande	2480	0	2480	3056	576	19%
Cantagalo	687	488	199	913	226	25%
Lobata	765	610	155	982	217	22%
Cauhe	360	240	120	360	0	0%
Lembá	771	512	259	781	10	1%
Me-Zochi	1034	778	256	2179	1145	53%
Príncipe	301	186	115	364	63	17%
TOTAL	6398	2812	3586	8632	2234	26%

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados estatísticos do MCEJD –Ano 2005-2006- Dados de População (projeções Censo 2001) INE

Diagnóstico de Qualidade

Na última década a Educação pré-escolar não tem sido considerada como um sector prioritário pelas autoridades à luz do seu estatuto facultativo conferido na Lei de Bases do sistema educativo. (Decreto Lei nº53/88 revogado pela Lei nº 2/2003.

A ausência de um currículo integrado para a primeira infância, a carência de materiais e equipamentos educativos e a falta de um política de formação regular e sistemática de quadros têm repercutido de forma acentuada na qualidade da Educação pré-escolar.

Apesar dos constrangimentos inerentes à Educação pré-escolar, o desenvolvimento da primeira infância tem registado algumas intervenções com algum impacto positivo no domínio da protecção materno-infantil e melhoria do estado nutricional das crianças. Essas intervenções têm estado a cargo do Ministério da Saúde com o apoio financeiro do FNUAP e UNICEF.

Restam ainda alguns domínios importantes da primeira infância cujo desenvolvimento tem sido mais lento e deficitário nomeadamente no que se refere aos direitos fundamentais da criança e o controle das doenças endémicas e transmissíveis que atingem mais gravemente as crianças.

Diagnóstico de Gestão

A tutela deste sub-sector tem sido problemática nos últimos anos denotando-se uma fragilização da sua gestão. Entre outros constrangimentos destacam-se a inexistência um orçamento próprio na medida em que ele está inserido na Direcção de Ensino Básico na qualidade de um Departamento.

A ausência de uma estrutura especializada para a primeira infância limita as possibilidades de desenvolvimento eficiente do nível.

A gestão da pré-escolar caracteriza-se pela precariedade de funcionamento e conservação das instalações, pela inexistência de oportunidades de formação contínua e regular, pela inexistência de um estatuto profissional e pouca motivação do pessoal.

O fraco nível de participação comunitária diminui também o impacto das actividades da pré-escolar.

O sistema de Financiamento da 1ª Infância

O financiamento da 1ª. Infância é um dos elementos reveladores da situação por que a mesma tem passado. Com efeito, de 1975 à 1990 (antes do afastamento do Estado das empresas agrícolas) o sistema de financiamento era mais sustentável e melhor

organizado. As empresas agrícolas financiavam as creches e o MEC financiava os jardins. No entanto, todas as despesas com o pessoal (tanto dos jardins como das creches) eram integralmente assumidas pelo MEC.

Em termos de repartição de responsabilidade pode-se afirmar que o MEC assumia na íntegra as responsabilidades técnicas (com todos os custos que lhe são inerentes enquanto que as empresas agrícolas co-participavam nas outras despesas.

Acresce-se também a participação do PAM no financiamento de alguns géneros para garantir a merenda escolar.

Neste sub-sector de educação embora o envolvimento dos pais não seja determinante para a definição de políticas de desenvolvimento ela é relativamente maior em relação a todos os outros níveis de ensino. A presença dos mesmos faz-se sentir quase diariamente e em termos da participação para a garantia de funcionamento.

Após a década de 90, no contexto da privatização e da economia do mercado as creches e jardins que se situavam nas empresas agrícolas deixaram de obter apoios das referidas empresas, registando-se maiores dificuldades no seu financiamento na medida em que todas as responsabilidades passaram a ser assumidas **parcialmente** pelo MEC.

Em termos de dados estatísticos não é possível quantificar os dados relativos ao financiamento deste sub-sector não só pela natureza centralizadora da gestão orçamental por parte dos Ministérios das Finanças como também pela forma de Gestão deste sub-sector no MEC.

5.2. EDUCAÇÃO DE BASE (1ª a 6ª classe)

De conformidade com a nova lei de base (leinº2/2003) o ensino básico compreende 3 ciclos (1ª e 2ª, 3ª e 4ª, 5ª e 6ª).

Falar da educação primária no espírito desta lei significa falar de escolaridade de 1ª a 6ª. Classe se pois que ela é definida com obrigatória universal e gratuita, indispensável à formação de todas as crianças tanto para o exercício da cidadania como para integração na vida activa.

Até a presente data esta estruturação ainda não é efectiva na prática. Constitui assim um dos grandes desafios actuais do desenvolvimento da educação em S.T.P. a “universalização efectiva da escolaridade básica de 6ª classe”.

Diagnóstico: Acesso

O acesso de 1ª a 6ª classe caracteriza-se de 2 formas bem distintas:

De 1ª a 4ª classe regista-se uma participação e oferta quase universal enquanto que na 5ª e 6ª classes o nível de participação é muito fraca.

No “Ensino Primário” (1^a a 4^a classe), no ano lectivo 2005-2006 existiam 77 Escolas Primárias para um total de alunos de 22.376, sendo 11 553 rapazes (51,6%) e 10.823 raparigas (48,4%).

Do total de 683 professores apenas 274 (40,1%) possuem formação específica para docência.

Para as 4 primeiras classes a taxa de escolarização, no ano lectivo 2005-2006 é elevada (TBE = 126%; TLE= 87,7%), a taxa de conclusão é de cerca de 76% e a taxa bruta de admissão é igualmente elevada, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro nº Taxa bruta de admissão no Ensino Primário (1^a a 4^a classe):

1995		1996		1997		1998		2002		2005*	
MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F
95,2%	93,8%	91,2%	89,5%	85,4%	76,9%	102,5%	99,6%	117%	114%	99,6	100%

(Fonte: MEC - Relatório balanço do EPT – 2000)
Ano 2005 Em base a projecção da população (INE)

Porém, a transição entre a 4^a e a 5^a classe é marcada por um desperdício situando se a uma taxa de 72,3%

Para os níveis de 5^a e 6^a classes regista-se uma taxa bruta de escolarização de 97,8% e uma taxa líquida de escolarização de apenas 39,6%.

Em termos de cobertura e de acesso as limitações na oferta de escolas a nível de 5^a e 6^a classes constituem um dos maiores entraves à escolarização das crianças da faixa etária correspondente a este nível de ensino.

Para este sub-nível de ensino, existiam somente 13 escolas em que frequentam 7747 alunos, sendo 3871 raparigas (49,9%)

Diagnóstico de Qualidade

Se os indicadores quantitativos são satisfatórios o mesmo não poderá ser dito em relação a indicadores de qualidade de educação. Os níveis de aquisições escolares dos alunos e a eficácia interna do sistema educativo são particularmente importantes.

A avaliação das aquisições dos alunos da 3^a classe realizada em 1998 pelo projecto MLA com apoio da UNESCO revelou notas médias de 47/100 em Português, 48/100 em Matemática, e 72/100 no domínio das competências da vida quotidiana.

Como resultado dos estrangulamentos com que se confronta a educação de base o nível de preparação e aprendizagem dos alunos é relativamente fraco e com tendência a agravar-se. Além da fraca preparação dos professores como uma das razões que estão na

base da má preparação dos alunos deve-se acrescentar também a disponibilidade dos manuais escolares e a situação dos currículos e programas.

Com efeito os actuais programas do ensino básico entraram em vigor há sensivelmente a 18 anos, não tendo sofrido reformulação. É evidente que se encontram bastante ultrapassados e desajustados sobretudo devido às inúmeras transformações sociais políticas e económicas ocorridas na década de 90 e no final do sec.XX.

No contexto de precariedade e de falta de meios com que se debatem as escolas os materiais didácticos e de apoio ao ensino são muito escassos, reduzindo-se praticamente ao quadro, giz e algumas fichas de leitura.

A eficácia interna revela uma taxa de retenção para a primária (1ª a 6ª classe) de cerca de 61,8 % e uma taxa de repetência de cerca de 25,5%.

Esta elevada taxa deve-se sobretudo ao nível de preparação dos professores e ao sistema de avaliação que é aplicado aos alunos. Com efeito em todas as classes do ensino básico, de 1ª à 6ª classe existe uma avaliação final semelhante a um exame nacional, embora havendo avaliação trimestral aplicada nas turmas pelos professores. Contudo a falta de articulação e coordenação pedagógica faz com que a avaliação final não reflecta o nível de aquisição de conhecimentos.

Diagnóstico de Gestão

Um dos principais problemas de gestão relaciona-se com a gestão da rede e das infraestruturas escolares.

A ausência de um sistema de microplanificação e da carta escolar faz com que a gestão das escolas desde à tipologia, à sua localização e implantação, à organização e administração tem impacto bastante considerável na adopção de medidas de melhoria e eficácia com efeito aplica-se um regime de funcionamento de 2 a 3 turmas em cada escola por dia, embora os ratios médios aluno/turma ou aluno/professor sejam relativamente pouco elevadas (34:1 em 2 turmas e 38:1 em 3 turnos).

Nestas condições verifica-se uma tendência de aumento de utilização de regime a 2 turnos com cerca de 70% de escolas.

A Gestão das escolas básicas não obedece a critérios e normas organizacionais uniformizadas pois, a sua organização em termos de unidades escolares é diversificada assim como o perfil dos directores e responsáveis das mesmas é igualmente bastante díspar.

Todas as escolas do ensino básico, desde as mais próximas da capital até as mais recônditas depende teóricamente da Direcção Central de ensino básico.

Outro aspecto que caracteriza-se o funcionamento das escolas e a sua completa desintegração e desarticulação com a comunidade pois os pais e os encarregados de educação vêm-se completamente alheios aos quotidianos das escolas; poucas são as escolas em que se observam a associação dos pais efectivamente actuantes.

A organização escolar no ensino primário é afectada pela existência de regime triplo. O numero de escolas em regimen de triplo turno reduziu de 27 escolas em 2003 (36% das escolas) para 12 escolas (15%) em 2006. A utilização do trabalho docente revela um índice de ineficácia com repercussões na qualidade de ensino. A aprendizagem dos alunos é bastante afectada por esta situação na medida em que o tempo dedicado diariamente não excede a 2h30m durante 5 dias por semana e em 35 semanas por ano.

A problemática de formação de professores constitui uma das prioridades na medida em que a percentagem de professores com formação existentes no sistema vem diminuindo na última década. No início da década de 90 haviam 52 % professores com formação específica e no ano lectivo de 2005-2006 apenas 40,1% de professores tinham formação específica.

Ao nível de indicadores de qualidade a proporção de professores qualificados é o que revela maiores disparidades por distritos. Com efeito, para um valor médio nacional de 40,1 %, os distritos de Caué e Lembá são os mais desfavorecidos, respectivamente com 13,7% e 6,6% de professores primários com formação, enquanto que os distritos de Água-Grande e Mé-Zochi têm respectivamente 69,2% e 45,4% de professores com formação.

Podemos afirmar que este indicador é mesmo revelador de falta de equidade: provavelmente as crianças mais pobres já de si desfavorecidas pelo seu estado de saúde e nutrição são precisamente aquelas que recebem os professores menos preparados e menos qualificados.

Embora as disparidades de género no ensino primário não sejam bastante acentuadas, regista-se a nível nacional uma supremacia dos rapazes (52,5%). A situação não é homogénea nos distritos, estando a região de Príncipe numa situação mais desvantajosa com apenas 42% de raparigas no ensino primário, seguindo-se os distritos de Caué e de Mé-Zochi com 47%.

5.3. ENSINO SECUNDÁRIO

Os problemas ao nível do ensino secundário são em grande parte o prolongamento e o agravamento das condições dos níveis antecedentes (5ª e 6ª classe).

Os problemas mais preocupantes em termos de oferta e cobertura deste nível de ensino revelam-se na fraca taxa de escolarização e a sua progressiva diminuição nos últimos anos.

Diagnóstico de Acesso

Um dos aspectos mais marcantes do ensino secundário é a escassez de oferta. Com efeito, tal como se pode observar no quadro abaixo, o ensino secundário de 7ª a 9ª classe é ministrado em 6 escolas e encontram-se implantadas apenas nas capitais dos distritos e a 11ª classe existe apenas na cidade de S. Tomé e na região autónoma de Príncipe.

Escolas	Localização	CLASSES QUE MINISTRA
Liceu Nacional	S. Tomé (Capital)	7ª a 11ª
Santana	Capital do Distrito de Cantagalo	5ª a 9ª
Água Izé	Capital Praia Rei (Cantagalo)	5ª a 6ª
Angolares	Capital do Distrito de Caué	5ª a 8ª
Porto Alegre	Capital Porto Alegre (Caué)	5ª a 8ª
Guadalupe	Capital do Distrito de Lobata	5ª a 9ª
Desejada	Desejada (Distrito Lobata)	5ª a 6ª
Trindade	Capital do distrito de Mé-Zochi	5ª a 9ª
Bombom	Capital Bombom (Mé Zochi)	5ª a 9ª
Almas	Capital Almas (Mé Zochi)	5ª a 6ª
Vila Fernanda	Capital Vila Fernanda (Agua Grande)	5ª a 6ª
São João	Capital São João (Agua Grande)	5ª a 6ª
Patrice Lumumba	Capital S.Tomé	5ª a 6ª
Neves	Capital do distrito de Lembá	5ª a 8ª
Vila Sª Catarina	Vila Santa Catarina (Distrito Lemba)	5ª a 6ª
Príncipe	Cidade de S.António - Capital do Príncipe	5ª a 9ª

Para os níveis de 7ª, 8ª e 9ª classe existiam, no ano lectivo 2005-2006 um total de 7.100 alunos dos quais 3280 são raparigas, ou seja, 46,2%.

Embora o número total de alunos vem aumentando progressivamente ao longo dos anos, a taxa bruta de escolarização vem crescendo sucessivamente, tal como pode ser observado no quadro abaixo.

	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2005/2006
Efectivos	8. 529	8. 979	-	11. 394	10 .277	9.167	9. 625	8.896	9.205	13.728
Taxa bruta de escolarização (5ª a 8ª)	59	-	-	4	65	56	58	52	53	85,9

(Fonte: Mingat, 2001 y estadísticas educativas MECJD 2006)

Diagnóstico de Qualidade

A taxa de repetência é um dos indicadores reveladores da ineficácia do ensino secundário, pois atingem níveis elevadas, verificando-se valores médios na ordem de 40%. Os factores dessa ineficácia são os seguintes Turmas pletóricas, ausência de infraestructuras, falta de actualização e formação de professores, falta de recursos de ensino, ausência de incentivos aos alunos.

O abandono associado aos elevados níveis de repetência faz com que a taxa de progressão seja bastante baixa. A progressão neste nível de ensino seja uma tarefa muito árdua e difícil para os jovens alunos. A taxa de sobrevivência que na 4ª classe atinge cerca de 76%, tem um valor de apenas 18% na 11ª classe.

Cerca de 73% dos professores de ensino secundario, nao têm formação adequada. Esta situação é ainda mais grave quando se verifica que, 100% dos professores máis jóven, com menos de 24 anos, nao têm formação para a docencia. Esta situação indica que a ampliação da cobertura e o acceso em todos os niveies de ensino está sendo realizada em detrimento da qualidade da educação.

O futuro da qualidade educativa de STP encontra-se em grave risco si nao forem tomadas medidas urgentes para superar esta situação

Os aspectos relacionados com o currículo, programas e manuais têm um forte impacto na qualidade de ensino na medida em que estão bastante obsoletas e carecem de reformulações a mais de 22 anos.

Diagnóstico de Gestão

Outro aspecto que caracteriza o ensino secundário é a não implementação da Lei de Bases do Sistema educativo tal como concebido. Com efeito, não obstante se ter institucionalizado o ensino secundário até a 12ª classe, esta nunca foi implementada em escolas públicas. Por outro lado, a organização e gestão das escolas secundárias não corresponde aquilo que estabelece a lei. A actual organização, refleta situações que no têm a ver com a procura ou a pressão social. Uma das principais características da actual situação do ensino secundário é uma grande disparidade entre os distritos, pelo que a equidade constitui um desejo importante para o desenvolvimento deste nível de ensino.

5.4. Educação Qualificante e Formação Profissional

Ao terminar a educação formal tanto no ensino básico (6ª classe) como do 1º nível do ensino secundário (9ª classe) os alunos podem continuar a via científica geral ou enveredar pela via profissionalizante.

Em 2000/01 a população economicamente activa era estimada em cerca de 44 mil pessoas das quais 86% tinham ocupação. A participação feminina é fraca (cerca de 1/3) e os jovens entram em massa no mercado de trabalho.

Este mercado é dominado pelo sector informal (70% dos empregados). O emprego formal é dominado pela função pública (39%) e agricultura (39%).

Segundo os dados oficiais do INE em 2000/01 o desemprego atingia cerca de 14,4% da população.

As mulheres eram as mais atingidas (17,8% contra 12,5% dos homens) assim como os jovens (cerca de 41% na faixa etária dos 15 aos 19 anos).

Por outro lado o desemprego é também mais acentuado no meio rural.

Cerca de metade dos que procuram o emprego não tem qualquer qualificação profissional e mais de metade não concluíram a 4ª classe. Este problema afecta particularmente as mulheres que se vêem obrigados a aceitar trabalhos em que a remuneração não lhes permite sair da pobreza.

A procura social de formação é enorme tendo em conta o número considerável de jovens que após a conclusão de escolaridade se vêem confrontados com um mercado de emprego exíguo e com possibilidades de prosseguimento dos seus estudos. Por outro lado as mulheres e os jovens desejosos de se lançarem no auto-emprego são na maioria dos casos mal preparados.

5.4.1. Ensino técnico-profissional - Sector público

Diagnóstico do acesso

O ensino técnico profissional que existia à data da independência degradou-se rapidamente devido às enormes carências de equipamentos e de professores. No ano de 1984/85, o ensino técnico profissional então existente foi extinto, passando a funcionar o Centro Politécnico de Formação Profissional (CPFP) situado na cidade de São Tomé.

O acesso ao Centro Politécnico é permitido a todos os jovens habilitados com a 6ª classe que podem frequentar cursos na área de mecânica geral, mecânica auto, construção civil e electricidade. Os cursos são frequentados normalmente por rapazes.

Não obstante a capacidade nominal do Centro para 120 alunos por ano, o mesmo vem funcionando muito aquém desta capacidade. Com efeito, no ano lectivo 2002-2003 estavam inscritos apenas 37 alunos, sendo 26 rapazes e 11 raparigas e só funciona o 1º ano.

Existem, para além do Centro Politécnico, outros centros de formação profissional, vocacionados especificamente para o sector da agricultura e que não se encontram sob a tutela do Ministério da Educação. São centros destinados a suprir a necessidade de formação no sector referido e cuja actividade de formação não é permanente.

A verdade é que actualmente no sistema educativo santomense o ensino Técnico Profissional constitui um dos sectores menos desenvolvidos e com pouca relevância social.

Embora se constate a extrema carência de oportunidades de formação profissional de forma e a ausência de saídas profissionais no ensino secundário, ainda não existe no país um sistema de formação profissional para preparar os técnicos para a vida activa.

O sistema da educação escolar complementa-se com a educação técnica e profissional de forma a responder a necessidade de diversificação da formação dos jovens e atender as diferenças e preferências individuais em termos de escolhas para a vida futura.

Porém este desiderato há muito que não corresponde à realidade do sistema educativo santomense.

Os principais problemas existentes ao nível do acesso têm a ver com:

- Pouca diversidade das áreas de formação;
- Capacidade reduzida de acolhimento das instalações do único Centro Politécnico que possui 4 oficinas ateliers e 4 salas de aula;
- A existência de 2 únicos centros;
- Centralização de instituições de formação profissional ao nível dos distritos de Água Grande e Mé-Zochi;
- Pouca procura de formação pelos jovens, visto o Centro Politécnico não responder a grande parte às necessidades de formação dos jovens;
- A oferta de emprego após o término da formação é muito reduzida.

Diagnóstico da qualidade

- O corpo docente do Centro Politécnico é formado na sua maioria por técnicos nacionais com uma formação média ou com uma formação prática;
- A formação dispensada varia apenas no nível médio e prático nem sempre de acordo com as necessidades de procura de serviços ao nível do país;
- Grande mobilidade ao nível do corpo docente, o que nem sempre oferece garantias de qualidade do nível da formação;
- Apesar das instalações estarem relativamente bem equipadas, há necessidade de reequipamento das instalações do Centro;

Diagnóstico da gestão

- A gestão da formação profissional pública não é feita apenas pelo Ministério da Educação, mas também por outras instituições do Estado como o Ministério do Trabalho e o Ministério da Agricultura. Não existe necessariamente uma boa coordenação na gestão das ofertas de formação profissional;
- Por outro lado, a política de formação profissional não se articula de forma clara com os objectivos de desenvolvimento do país, particularmente nas áreas de desenvolvimento estratégico, como as pescas, o turismo, o artesanato e a agricultura;
- A gestão das bolsas de estudo para formação profissional no estrangeiro, é feita de forma muito deficiente.

5.4.2. Formação Profissional - Sector privado

Diagnóstico do acesso

Apesar de ser em reduzida dimensão, existe também formação técnica e profissional a nível privado. A oferta de formação é direccionada para os domínios de serviços, em áreas tais como línguas, informática, turismo e hotelaria, corte e costura e artesanato.

A formação é dispensada geralmente por algumas empresas privadas, além de ONGs e Associações, principalmente de carácter juvenil.

Como para o sector público, as instituições de formação profissional concentram-se no distrito de Água Grande, sendo o acesso limitado devido às deficientes condições em que são dispensadas essas formações.

Diagnóstico da qualidade

Não havendo uma verdadeira política de apoio e conseqüente controlo das formações dispensadas por instituições privadas, a qualidade da formação técnico profissional sofre, de uma forma geral dos seguintes constrangimentos:

- Nem todas as formações profissionais dispensadas por instituições privadas estão devidamente reconhecidas e creditadas pelo MEC;
- Os níveis de formação dispensada são muito variados, mas regra geral, o nível é baixo.
- Grande parte dos formadores não passou por processos académicos de formação que os credibiliza a ministrar essas formações.

Diagnóstico da gestão

Não existe um organismo institucional que responde pela formação profissional dispensada por privados;

As formações são dispensadas em função da procura momentânea de formação ou por interesses de grupos ou instituições privadas.

5.5. Educação de Adultos

Diagnóstico de Acesso

No momento da independência do país em 1975, havia 63,7% de analfabetos, homens e 37,6% de analfabetos mulheres. Uma ampla campanha de alfabetização de adultos efectuada logo após à independência levou à diminuição dessa taxa para 25% em 1991, dos quais 75% eram do sexo feminino e apenas 25% do sexo masculino.

Porém, interrompidas essas acções por razões diversas, o nível de analfabetismo tende novamente a crescer nos últimos anos. Os cursos de educação de adultos que funcionavam depois das 18 horas nas escolas do sub-sistema de Educação-Geral, limitavam-se a cursos de pós-alfabetização (ensino primário), com cerca de 250 alunos por ano e a cursos de nível pré-universitário, com cerca de 700 alunos.

Hoje a taxa de analfabetismo dos adultos está estimado em cerca de 27% dos quais $\frac{3}{4}$ são do sexo feminino. Esta média nacional esconde entretanto algumas disparidades regionais. Por exemplo a proporção de adultos alfabetizados no distrito de Água Grande atinge 88,2% enquanto que no distrito de Lembá essa proporção é de 69,9%. Por outro lado, a diferença na taxa de alfabetização entre H e M é relativamente considerável atingindo-se mais de 15 pontos percentuais.

A partir do ano 2001 a alfabetização foi relançada à nível do MEC através da implementação o programa “Alfabetização solidária em parceria a Agência Brasileira de Cooperação”. Cerca de 2500 pessoas já foram mobilizadas para a participação neste programa, encontrando-se já os cerca de 10%, isto é 250 pessoas na fase de pós-alfabetização. A partir de 2002 existem 100 turmas para atender a 2750 alunos.

As estatísticas revelam uma boa eficácia deste programa, pois a taxa de conclusão é de 95%.

O período 2005-2006 são atendidos 2150 em programas de alfabetização inicial é 568 alunos em pos alfabetização. O Ano 2006 conluiro 4ª classe 360 alunos.

Diagnóstico de qualidade

Fruto da ausência de uma capacidade institucional instalada em matéria de educação de adultos a qualidade das iniciativas não formais revela-se fraca, pois as mesmas são

implementadas na sua maioria por voluntários das ONG's com pouca preparação específica;

Os programas e currículos de alfabetização de adultos são aplicados de forma legal e regular apenas no projecto “Alfabetização Solidária” que promove a devida articulação institucional. As outras iniciativas não têm o acompanhamento de vida por parte do MEC.

Quando são aplicadas algum programa, por razões de falta de conhecimentos e preparação dos promotores, os adultos são submetidos aos mesmos programas de leitura, cálculo e escrita do ensino regular. **É neste contexto e necesario fazer uma alteração, para mellhorar adpatar os programas de adultos. Deverão conter certos elementos relacionados com a Educação pela paz, pela democracia para a saúde, ajustados ao contexto que estão completamente ausentes nas iniciativas de alfabetização de adultos.**

Diagnóstico gestão

Até 1990 a gestão da alfabetização era da responsabilidade da Direcção criada para o efeito.

Inicialmente o programa da alfabetização foi co-financiado pelo CEDAC/ Centros de Estudos e Desenvolvimento Amílcar Cabral e contava com a assistência Técnica internacional da equipa pedagógica de Paulo Freire.

Após o desmantelamento (1990) da estrutura coordenadora a alfabetização de adultos conhecem um longo período de letargia.

Algumas experiências foram desenvolvidas por ONG's sem grande impacto.

Foi criado na Direcção de Ensino Básico o departamento de Alfabetização. Apesar de todo o esforço para a revitalização do processo de alfabetização de adultos, a capacidade de gestão do MEC ainda é limitada restringe-se a actividades com pouca visibilidade, colocando-se os desafios da sociedade perante a alfabetização alguém dos patamares que constituem os compromissos internacionais neste domínio, dentre os quais se destacam os objectivos do Milénio.

Verifica-se ainda uma ausência de políticas e estratégias articuladas e apoiadas com financiamento adequado.

Os esforços existentes são fragmentados e provêm de iniciativas esporádicas de algumas ONG's. Portanto a oferta em matéria de alfabetização de adultos não responde as necessidades, que seja do ponto quantitativo como qualitativo.

5.6. Ensino superior

Diagnóstico do acesso

A formação superior de quadros são-tomenses é feita predominantemente no estrangeiro, graças à atribuição de bolsas a estudantes, oferecidas ao país pela cooperação internacional. Entretanto em 1996 foi institucionalizado o ISP que marca a noção da nova instituição de ensino superior público no país.

O Instituto Superior Politécnico – ISP/STP, criado pelo Decreto n.º 88/96 do Ministério da Educação com o objectivo, entre outros, de organizar e leccionar cursos nas áreas de formação inicial de docentes ou outros que venham a ser considerados relevantes e promover actividades de pesquisa e fomentar a prestação de serviços técnicos de consultoria nos domínios da sua actividade.

Embora virado inicialmente para a formação de professores do ensino secundário já constitui uma realidade a existência de cursos de línguas e administração direccionados para o sector de serviços.

No ano lectivo 2000/2001 o ISP/STP funcionou com 55 alunos, dos quais 70,9% do sexo masculino e 20,9% do sexo feminino, distribuídos por 3 áreas de formação: Matemática/C. Naturais, Português/Francês e História/Geografia.

Áreas de formação tais como Línguas e Literaturas Modernas, Línguas e Administração Física/Química e Educadores de Infância já tiveram o seu início no ano lectivo 2002/2003, prevendo-se desta maneira a entrada de mais 180 estudantes.

Diagnóstico da qualidade:

Tendo em conta que a experiência de ensino superior em São Tomé é ainda muito recente e atendendo aos diversos constrangimentos de ordem sócio-económica do país, o diagnóstico da qualidade deste nível de ensino caracteriza-se pelo seguinte:

- Grande número de docentes com níveis de formação relativamente pouco elevados. Com efeito o ISP/STP, única instituição pública de ensino superior conta, fundamentalmente, com docentes nacionais, sendo quase todos possuidores somente de um diploma de formação superior a nível de licenciatura;
- Ausência de uma política coerente para a formação interna através do ISP e outras instituições privadas;
- O “ratio” docente/estudante é de 3,7;
- O sector da investigação é ainda incipiente no ISP/STP;
- Limitação na oferta de formação e de títulos de diploma à saída da formação.

- O ISP apenas dispõe do nível de Bacharelato, havendo necessidade da formação prosseguir no exterior do país.

Diagnóstico de Gestão

A gestão é caracterizada pela existência de um único estabelecimento público de formação superior que procura promover formações atendendo ao seu perfil curricular e não às necessidades de formação realmente existentes;

As formações dispensadas pelo ISP são muito onerosas para o Estado, atendendo à reduzida dimensão dos efectivos, ao ratio professor e ao sub-aproveitamento das instalações existentes;

Não existe uma estratégia definida para o ensino superior no país o que leva os jovens que terminam o pré-universitário a ficarem na expectativa da atribuição de uma bolsa de estudos para o estrangeiro, enquanto que a capacidade de satisfação dessa necessidade pelo Estado são-tomense é cada vez menor se atendermos ao número cada vez maior de procura de bolsas de estudo

5.7. Formação de Professores e Educadores

Diagnóstico do acesso

Para o funcionamento normal do sistema educativo são-tomense é necessário formar-se três tipos fundamentais de professores, nomeadamente, Educadores de Infância e Monitores para a Educação Pré-Escolar, professores para o Ensino Primário e professores para o Ensino Secundário-Básico.

A formação de Educadores de Infância e Monitores foi assegurada, até ao ano de 1993/94, pelo Centro Pedagógico Didáctico (CPD) que é uma instituição construída de raiz, equipada e tecnicamente assistida pela ONG italiana GVC grupo voluntário civil.

Enquanto instituição de formação, o CPD iniciou os seus cursos no ano lectivo de 1984/85, tendo formado até ao momento cerca de 70 educadores;

A formação para este nível de Educação foi relançada nos últimos anos com intervenções da cooperação com uma ONG italiana – a ALLISEI. Nesse quadro estão sendo formados cerca de 150 quadros técnicos da pré-escolar em diferentes categorias perspectivando-se a regularização do sistema de formação visto ter sido construída uma infraestrutura de raiz, concebida para tal fim.

A formação de professores primários era feita na escola de Formação de Professores, situada na cidade de São Tomé.

Antes da criação do ISP/STP, realizaram-se, com início em 1983/84, 2 cursos de formação de professores do ensino Secundário-Básico: um no domínio da Matemática e Física com 15 alunos e outro no domínio da Biologia e Química com 11 alunos. As habilitações de acesso foram de 9ª classe.

Actualmente, a formação de professores primários é feita pela EFOPE na modalidade de formação em exercício abrangendo os Distritos de Caué e Cantagalo. A referida formação em exercício baseia-se nos princípios de formação à distância e tem como instrumentos de apoio os módulos de PROFORMAÇÃO* está suspensa, aguardando-se a abertura de um novo ciclo de formação que terá lugar ao nível do ISP/STP, vertente formação de professores primários;

Diagnóstico da qualidade

- O ensino no CPD tem sido assegurado por docentes com diversos níveis de formação, dentre as quais, formação superior, sendo, no entanto, mais de metade de docentes estrangeiros;
- Muitos dos docentes da Escola de Formação de Professores Primários não possuem níveis académicos (técnico-pedagógicos) para leccionarem neste nível de ensino. Até ao ano de 1988/89 a Escola funcionou com um total de 15 professores, sendo 8 com formação superior e 7 com formação de técnicos médios. Pensa-se alterar a situação prevalecente, num futuro próximo com o novo ciclo de formação de professores para este nível de ensino;
- O perfil de formação de professores para o ensino primário não lhes permite adaptar-se ao novo currículo de escolaridade obrigatória de 6 anos, cuja implementação está prevista para breve;

Diagnóstico da gestão

- A formação de professores para o Ensino Pré-Escolar é assegurada por uma ONG estrangeira e não por uma Direcção do Ministério da Educação para o efeito;
- A formação de professores para o Ensino Primário e Ensino Básico é gerida pela Direcção de Formação de Professores do Ministério da Educação;
- Os professores são formados por ciclos de formação que atendem às necessidades das Direcções de Ensino;
- Atendendo à problemas de ordem de má planificação da formação de professores, neste momento a maioria de professores do Ensino Primário (56,8 %) e do Ensino Secundário Básico (73%) não possui qualquer formação de base para leccionar;
- Existe a prática do recrutamento de professores eventuais com uma habilitação mínima de 9ª classe para leccionar o ensino primário, enquanto que para o ensino secundário básico, é feita uma formação inicial de curta duração destinada a jovens possuidores de um diploma de 11ª classe do ensino pré-universitário;
- A maior parte dos professores titulares de uma formação para leccionar, tanto no primário como no secundário concentra-se nos distritos de Água Grande e Mé-Zochi;

* Projecto de Formação intensiva de professores concebido e implementado pelo governo brasileiro para dar resposta à carência de professores para o ensino básico.

5.8.Temas Transversais: Saúde Escolar, HIV/SIDA. Educação para a paz e cidadania.

Em S.T.P. cerca de 90% de crianças sofrem de parasitoses intestinais, e a malária constitui uma das principais da morbi-mortalidade infantil. No entanto não existe um sistema de saúde escolar funcional que permite controlar ou eliminar tais endemias e sobretudo contribuir para a educação das crianças face a essas endemias.

As iniciativas levadas a cabo para abordar alguns temas relativos a saúde escolar e implementar os programas de prevenção de doenças incluindo a vacinação enquadram-se nos programas da UNICEF e da OMS.

A inexistência de um quadro de política de saúde e os parceiros internacionais constitui uma das fraquezas mais notórias neste domínio.

Se bem que a problemática de HIV/SIDA não atinja proporções alarmantes esta deve constituir igualmente um dos aspectos a ter em conta na definição de estratégias para abordagem de temas transversais.

A prevalência de HIV/SIDA em S.T.P. está estimado em cerca de 5% da população. O número de casos de infecções com HIV tem estado a crescer nos últimos anos. Dados adquiridos demonstram que a taxa de prevalência entre mulheres grávidas cresceu de 1% em 1993 para 5.4% em 1996. É também estimado que o número de casos de SIDA aumentou de 50 em 1998 para 89 em 2000.

Indubitavelmente a prevalência cresceu, devido a alta prevalência de DSTs (47%), praticas sócio-culturais e baixo uso de preservativos (4.8%-1990). Todavia, os dados em 2000 demonstraram uma taxa de prevalência em adultos de menos de que 1%. Sem ter em conta a taxa de prevalência um programa forte é necessário visando a prevenção. O país só começou a desenvolver planos estratégicos de combate ao HIV/SIDA em 2003. A estratégia tem três objectivos abrangentes:

- (i) Reduzir o risco de infecção por HIV;
- (ii) Reduzir a vulnerabilidade a infecção;
- (iii) Reduzir o impacto da epidemia. Procedimentos de implementação para várias acções específicas têm ainda que ser delineadas para os vários sectores.

O Governo pretende criar um Conselho Nacional para a Saúde, visando tanto o HIV/SIDA como a malária.

O objectivo é manter a taxa de prevalência abaixo de 5% através do aumento dos conhecimentos das mulheres adultas sobre os métodos de transmissão do HIV/SIDA de 10%, para 70%.

Embora esta cifra seja aparentemente pouco elevada em relação a outros países africanos, uma atitude contemplativa pode dar lugar a um aumento vertiginoso com efeitos devastadores tanto a nível da sociedade como no próprio sistema educativo, porquanto a SIDA não só pode dizimar os fracos recursos humanos disponíveis como também pode atingir crianças pela perda dos respectivos pais, afastando-as das escolas. Por outro lado, a educação pode assumir um papel activo se a escola funcionar como um ponto de referência para a promoção de atitudes e comportamentos favoráveis a prevenção e combate de HIV/SIDA.

(O número de casos de infecções com HIV tem estado a crescer nos últimos anos. Dados adquiridos demonstram que a taxa de prevalência entre mulheres grávidas cresceu de 1% em 1993 para 5.4% em 1996. É também estimado que o número de casos de SIDA aumentou de 50 em 1998 para 89 em 2000.

Indubitavelmente a prevalência cresceu, devido a alta prevalência de DSTs (47%), praticas sócio-culturais e baixo uso de preservativos (4.8%-1990). Todavia, os dados em 2000 demonstraram uma taxa de prevalência em adultos de menos de que 1%. Sem ter em conta a taxa de prevalência um programa forte é necessário visando a prevenção. O país só começou a desenvolver planos estratégicos de combate ao HIV/SIDA em 2003. A estratégia tem três objectivos abrangentes:

- (iv) Reduzir o risco de infecção por HIV;
- (v) Reduzir a vulnerabilidade a infecção;
- (vi) Reduzir o impacto da epidemia. Procedimentos de implementação para várias acções específicas têm ainda que ser delineadas para os vários sectores.

O Governo pretende criar um Conselho Nacional para a Saúde, visando tanto o HIV/SIDA como a malária.

O objectivo é manter a taxa de prevalência abaixo de 5% através do aumento dos conhecimentos das mulheres adultas sobre os métodos de transmissão do HIV/SIDA de 10%, para 70%.

Segundo a Estratégia Nacional da Educação e Formação é necessário encorajar e cultivar atitudes e comportamentos para o desenvolvimento pleno da cidadania, pois que em STP como na maioria dos países em desenvolvimento a democracia ainda não está plenamente implantada.

Pretende-se com a Educação para a cidadania desenvolver nas crianças atitudes, valores e saberes necessários à construção de uma sociedade solidária e convival ao exercício de uma cidadania responsável e a emergência de comportamentos dinâmico e empreendedor.

Pretende-se também desenvolver o senso crítico, a tolerância, o sentimento de segurança e de confiança, a justiça enquanto valores e princípios requeridos para o exercício da democracia. É necessário sobretudo o desenvolvimento da identidade nacional partindo

dos aspectos culturais, bem como a valorização de todo o potencial histórico e económico do país.

Propõe-se como estratégia a introdução de programas de estudos tendo como eixos os valores pessoais e colectivos, pelo que se torna necessária a revisão curricular.

Propõe-se também a promoção de uma verdadeira pedagogia para a cidadania e para os valores, o que significa a alteração dos conteúdos da formação de professores de modo a que os mesmos se transformem em agentes da mudança que se torna necessária.

Os aspectos descritos anteriormente deverão produzir como efeito global e multiplicador a transformação da Escola num espaço de vivência e exercício da democracia com impacto nas futuras gerações.

CAP VI. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

6.1. Evolução das despesas correntes da Educação

Não obstante o contexto nacional de aplicação de alguns programas de ajustamento estrutural (PAE) que o país conheceu, as despesas públicas correntes para a Educação aumentaram ao longo dos últimos 5 anos, passando de 10 a 15% das despesas correntes do Estado e de 1,2 a 2,2% do PIB (Mingat, A & al., 2000 : 24).

Conforme ilustra o quadro abaixo podemos observar esse crescimento paulatino:

Quadro n°: Evolução das Despesas da Educação

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PIB (milhões de dobras) a preços correntes	64613	98900	200000	281000	334109	369533	547800	491000	550500	632500
a preços constantes	12186	12368	12492	12804	13124	13518				
PIB (milhões de USD\$)	45,5	44,9	43,9	40,6	47,1	46,6	60,74	53,4	58,22	66,58
PIB per capita (USD\$)	344,6	333,8	317,2	286,3	325,2	315	437	378	407	456
Despesas correntes da Educação (milhões de Dobras	750	1225	3016	5458	7487	8319	12948	16048	21875	28084
% da Educação Básica na totalidade do orçamento da Educação	6,4	5,7	8,1	18,7	24,1	45,8		53,6	34,75	32,7
% da Educação nas despesas correntes do Estado (excluindo dívida)	9,6	6,8	11	12,4	15,5	15,3	18,0	17,4	14,2	16,0
% da Educação no PIB	1,2	1,2	1,5	1,9	2,2	2,2	2,3	3,2	3,9	4,4

Mas, mesmo assim situam-se a níveis mais baixos comparados com os países da região (cerca de 4% do PIB para os países HIPC africanos).

Nos últimos 10 anos a percentagem do orçamento destinado à educação básica vem aumentando significativamente atingindo-se mesmo a cifra 53,6% em 2002. Isso demonstra a importância de que se tem revestido este nível de ensino embora se saiba que a maior parte do orçamento corrente destina-se ao pagamento dos salários dos professores.

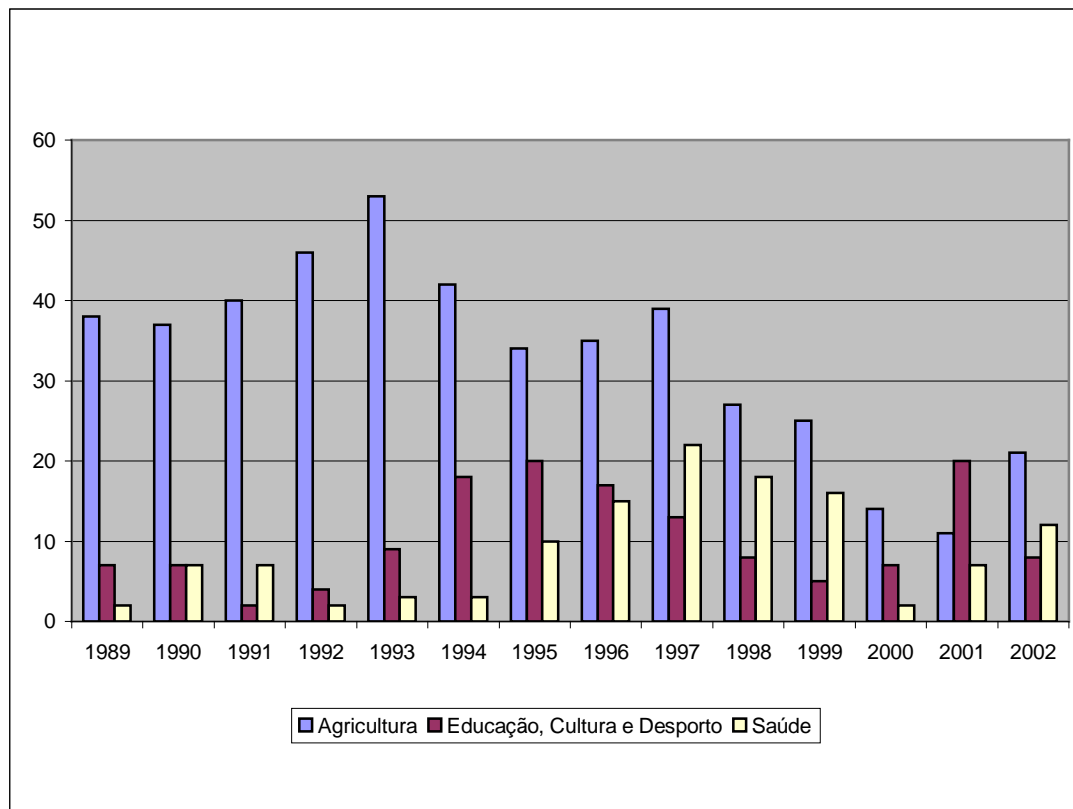
Outro indicador importante é a percentagem do valor do orçamento da educação em relação ao PIB do país. Com efeito os dados dos últimos 10 anos confirmam também a evolução sempre crescente tendo-se passado de 1,2% do PIB à 4,4% do PIB.

Os dados das despesas de investimento nos vários sectores do país relativamente aos últimas 8 anos (de 1995 a 2002) demonstram que a percentagem média destinada à educação é de aproximadamente 12%. Portanto o investimento na educação situação abaixo do nível das despesas correntes.

Como se pode observar no quadro e no gráfico abaixo, o sector da educação ocupa o 3º lugar em termos de investimento enquanto que a agricultura ocupa a 1ª posição e os transportes e comunicações a 2ª posição.

Quadro n° : Despesas de investimento sectorial (PIP)

SECTOR	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Administração Pública	0	0	6	3	1	2	5	3	3	8	18	8	15	19
Agricultura	38	37	40	46	53	42	34	35	39	27	25	14	11	21
Água e Saneamento	2	0	0	1	5	6	3	4	2	2	8	16	8	11
Educação, Cultura e Desporto	7	7	2	4	9	18	20	17	13	8	5	7	20	8
Energia	1	11	1	2	13	6	18	17	4	10	7	14	8	4
Habitação	36	4	0	2	1	1	0	2	2	1	8	3	1	0
Indústria, comércio e Serviços	0	0	0	1	0	0	0	2	3	1	1	6	2	2
Pesca	4	1	0	1	1	1	2	2	3	2	2	5	3	2
Saúde	2	7	7	2	3	3	10	15	22	18	16	2	7	12
Transportes e Comunicação	10	31	43	38	13	20	7	5	9	26	10	25	23	22
Outros	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100



6.2. Repartição das Despesas por Sector

Embora a gestão orçamental do sistema educativo não obedeça aos princípios de descentralização e autonomia e estando totalmente centralizado no Ministério de Planeamento e Finanças os dados disponíveis relativas às despesas correntes permitem-nos concluir o seguinte:

- A repartição das despesas por níveis de ensino é proporcional ao peso de cada um no contexto do sistema nacional de educação;
- A Educação Básica constitui o sector mais importante em termos de orçamento;
- O seguimento da Educação Superior a partir de 1998 está associado a uma diminuição das despesas no sector da educação técnica profissional.

Quadro n° : % das Despesas correntes totais por níveis de ensino

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
% Educação Básica	25,9	16,8	7	6,4	5,7	8,1	18,7	24,1	45,8
% Educação Secundária	9,7	7,7	3,2	2,5	3,2	3,8	6,8	9,2	31,9
% Educação Superior	0	0	0	0	0	0	2,1	1,2	3,5
% Educação Técnica/Profissional	0,9	0,8	0,2	0,2	0,2	0,6	7,4	3	1,1

Fonte: Iniciativa 20/20 UNICEF

6.3. Custos Unitários

O custo unitário em S.T.P. para a educação de base é fraco como se pode observar no quadro abaixo comparando-se com países da região.

Este factor deve-se sobretudo aos níveis de salário dos professores que são relativamente mais baixos. Como se observa também no quadro enquanto que nos países da região o salário dos professores representa mais de 3 vezes o PIB per/capita em S.T.P. o salário dos professores representa cerca de 1,5 vezes PIB per capita.

Nos outros níveis de ensino a situação em S.Tomé e Príncipe é mais ou menos o mesmo que no ensino básico, com custos unitários muito baixos que também estão associados ao baixo nível do salário dos professores.

	Primária		Secundária	
	Nº de classes	Custo unitário (PIB per capita)	Nº de classes	Custo unitário (PIB per capita)
São Tomé e Príncipe	4	0,08	7	0,10
Moçambique (1998)	4	0,07	5	0,40
Mauritânia (1998)	6	0,12	6	0,49
Camarões (1999)	6	0,09	7	0,25
Benim (1999)	6	0,12	7	0,18
Países africanos francófonos (1993)	6	0,15	7	0,49
Países africanos anglófonos (1993)	7 - 8	0,10	5 - 6	0,66

Fonte: Mingat, A & al. (2001 : 15)

As despesas privadas das famílias com a educação dos filhos, nomeadamente os custos com os materiais escolares, as despesas de transporte, o uniforme, etc. não são negligenciáveis mesmo ao nível da Educação de base na medida em que podem atingir o montante de cerca de 10 dólares anuais por família.

III PARTE: PLANO DE ACÇÃO

CAP VII. PRINCÍPIOS DIRECTORES DO PLANO DE ACÇÃO

7.1. Princípios

O Plano Nacional de Acção da EPT baseia nos princípios directores seguintes:

1. Diversificação da oferta educativa

No quadro da pluralidade a expansão da oferta educativa deve reconhecer a liberdade de escolha sem no entanto deixar de reconhecer ao Estado o papel regulador da dinamização dos valores em torno de um projecto comum de unidade na diversidade.

2. Participação da sociedade civil e parcerias

Concebendo a Educação como uma tarefa complexa e multisectorial, o seu desenvolvimento implica a participação de muitos actores (sociais, políticos, económicos, etc.).

Ao nível da Sociedade civil as organizações privadas, os indivíduos, as comunidades religiosas e as colectividades locais podem e devem intervir activamente na criação e gestão das estruturas educativas de conformidade com as leis e as normas em vigor.

O Plano Nacional de Acção EPT é uma oportunidade para criar um ambiente participativo com vista ao desenvolvimento e consolidação de parcerias mais amplas, mais eficazes de forma a que os recursos possam ser investidos a favor da Educação.

3. Descentralização /desconcentração do sistema educativo

A descentralização e a desconcentração da gestão do sistema educativo constituirão o pano de fundo para a garantia de maior equidade e participação mais activa de todos os actores educativos. Numa perspectiva de maior envolvimento das comunidades locais, o sistema favorecerá o exercício do poder a nível local mobilizando e afectando os recursos necessários à implementação das estratégias da EPT.

A descentralização deverá passar pela institucionalização de novos modelos de gestão do sistema educativo em que as unidades ao nível central se complementam e se articulam com as unidades locais e regionais mais dinâmicas e mais funcionais.

4. Equidade e inclusão

Garantir a gratuidade a todas as crianças dando oportunidades as mais desfavorecidas e aos deficientes é uma das formas que se adaptará para garantir a inclusão e promover a equidade.

Nesta perspectiva e no contexto da estratégia da Redução da Pobreza a distribuição e a afectação de recursos terá em conta as diferenças geográficas e regionais bem como as possibilidades e potencialidades sociais e económicas. Assim uma das consequências naturais da aplicação deste princípio é a promoção dos direitos, das oportunidades a todos.

5. Gestão eficaz (exigência e responsabilidade)

O envolvimento de todos visa desenvolver uma Educação de qualidade para Todos de forma a que a Sociedade se desenvolva em benefício de todos e de cada um. Por isso deve ficar claro que este projecto representa um compromisso individual e colectivo para obtenção de resultados cada vez melhores. A responsabilização a diferentes níveis hierárquicos do sistema educativo, nas escolas, nos órgãos centrais e regionais impõe a aplicação de uma gestão transparente e eficaz dos recursos. Os pais, as famílias e as comunidades no seu sentido mais amplo serão chamados a exercer o seu papel de fiscalizadores na medida em que são os principais beneficiários.

6. Solidariedade responsável

Independentemente do contexto sócio-económico a solidariedade é entendida como um dos valores que devem nortear o acto educativo pois que através delas podem se gerar as sinergias necessárias a debelar as desigualdades e iniquidades próprias de contextos regionais e locais diversificados. Esse princípio enquadra-se no contexto nacional mais amplo de redução da pobreza e da exclusão e eliminação das disparidades geográficas e sociais. Espera-se entretanto que o sistema educativo possa interiorizar os mecanismos e as redes institucionais de solidariedade social para permitir também a promoção de indivíduos e grupos populacionais mais desfavorecidos estimulando o sucesso dos mesmos.

7.2. Estratégias globais do PNA-EPT

Para além dos princípios directores acima descritos, as estratégias que a seguir apresentamos permitirão guiar a implementação do PNA-EPT, ou seja, a concepção de estratégias globais para além das específicas definidas para cada acção, irão permitir a identificação de uma nova visão para o sector educativo em articulação com a visão de uma sociedade democrática respeitadora dos direitos do homem, justa e solidária, valores pelos quais o país acredita que pode realizar o s/desenvolvimento sustentável e reduzir a pobreza em todas as dimensões.

Uma educação de qualidade para todos visa formar cidadãos santomenses com valores e actividades que precisam para participar no desenvolvimento social e económico do país e promover a sua realização e satisfação pessoal. Em articulação com os principais directores atrás referidos algumas estratégias globais sobressaem-se no Plano Nacional de Educação Para Todos nomeadamente:

- Melhoria da gestão dos recursos humanos e financeiros
- Focalização sobre a melhoria da performance dos estabelecimentos escolares;
- Valorização profissional
- Melhoria do reforço da qualidade das aprendizagens.

CAP VIII. PLANO DE ACÇÃO DETALHADO POR OBJECTIVOS

- 1. Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância;**
- 2. Educação Básica de Qualidade, Equidade e Género**
- 3. Educação Qualificante, Ensino Secundário e Técnico-Profissional**
- 4. Alfabetização de Adultos e Educação Permanente**
- 5. Equidade e Educação das Raparigas**
- 6. Educação de Qualidade na óptica de Excelência**

8.1. DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Objectivo 1: Desenvolver e melhorar em todos os aspectos a protecção e educação da primeira infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.

COMPONENTE : ACESSO

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO	
						(USD)	
Acção 1: Mobilização Social na defesa da criança	Promover uma intensa advocacia a favor da primeira infância	Realização de encontros com órgãos de soberania, líderes políticos (nacionais e locais), religiosos, etc.	Nº ou % de líderes formados nacionais e locais envolvidos em questões de primeira infância	Criação de uma Comissão Nacional de Primeira Infância	2007 Criação da CNPI, equipas de trabalho e definição de políticas e programas	15.000	
				Criação de equipas de trabalho			
				Definição de políticas e programas			
	Sensibilizar a Família e as comunidades a favor da protecção da primeira infância	Utilização dos mídias e de outros canais de comunicação, métodos de dramatização, grupos teatrais, etc.	Famílias sensibilizadas e em especial as mais desfavorecidas;	Realização de palestras;	2ª fase: 2008	20.000	
				Realização de programas radiofónicos	2008	10.000	
				Produção de programas televisivos	2008-2010	15.000	
				Banda Desenhada	2008-2010	12.000	
	Promover a responsabilização para a protecção da primeira infância	Pais e famílias responsáveis pelas crianças da Primeira Infância;	Todas as crianças de 3-6 anos a frequentar a pré-escolar;	Programas de Informação, Educação e Comunicação (IEC)	1ª Fase 2008-2010	15.000	
							Cuidados materno-infantis dispensados a crianças de todo o país.
							Todas as crianças de 0-6 anos registadas no Registo Civil
					2ª fase: 2010-2015	25.000	

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO
Acção 2: Expansão da rede de estruturas de acolhimento e protecção de primeira infância	Identificar as necessidades em serviços e infraestruturas	Promoção da micro-planificação e monitorização da carta educativa	Necessidades de Jardins de Infância identificados em todos os distritos do país;	Utilização dos procedimentos da micro-planificação e da planificação descentralizada Mobilização de recursos financeiros internos e externos	Fase preliminar e preparatória 2007	
	Aumentar a capacidade de oferta para acolhimento e protecção das crianças	Desenvolvimento de modelos comunitários de construção e reabilitação	Creches e Centro Materno-Infantil em todo o país	Construção de jardins nos Distritos e reabilitação das creches rurais		4 .674 .388,40
	Reenquadrar infraestruturas de prestação de serviço à primeira infância	Envolvimento das comunidades e promoção de iniciativas privadas na construção de jardins, creches e estruturas de saúde infantil	Creches e Jardins construídos com o envolvimento e a participação de comunidades	Reabilitação de 6 jardins, 44 creches; Construção de 7 jardins e 7 infantários	Construção e reabilitação: 2008 – 2011	500.000,00
	Estimular a procura da Educação e protecção da primeira infância nas zonas mais difíceis e desfavorecidas	Campanhas de medicina preventiva.	100% de cobertura vacinal para crianças de 0-6 anos	Promoção de campanhas masivas de vacinação	Manutenção: 2008 – 2015 Apetrechamento	500.000,00
			100% de necessidades de atención de problemas audio.visuales identificados	Programas de rastreio audio-visual	Vacinação 2008-2010	250.000,00
					Rastreio 2008	50.000,00
Sub-Total Acesso						5.974.388,00

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

COMPONENTE : QUALIDADE

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)	
Acção 1: Revisão e reformulação do currículo da primeira infância	Actualizar o currículo tendo também em atenção as necessidades educativas especiais das crianças	Atelier de produção para identificação do âmbito da revisão curricular	Currículo dos Jardins-de-infância revistos e actualizados	Diagnóstico do currículo da Pré-Escolar	2007-2008	10.000,00	
				Redefinição de um currículo mais adaptado à problemática do desenvolvimento da primeira infância	2008-2009	30.000,00	
Acção 2: Formação e especialização de quadros em vários domínios, incluindo no da Educação Especial e Intervenção Comunitária	Melhorar a capacidade de intervenção dos formadores	Estágios e seminários para os técnicos formados	Existência de educadores formados em todos os Jardins-de-infância;	Revisão do currículo da Escola de Formação	2008-2012	30.000,00	
				Recrutamento de novos formadores	2008-2012	37.800,00	
	Diversificar e especializar os educadores nos domínios e áreas de primeira infância	Desenvolvimento da formação regular de pessoal da pré-escolar no sistema de formação de docentes	Existência de pelo menos 80% do pessoal dos Jardins e Creches com formação própria	75 educadores capacitados no exterior	Realização de ateliers de formação, encontros.	2008 – 2013	236.250,00
				Bolsas de estudo	2008 – 2015	400.000,00	
				Visitas de estudo		150.000,00	
Acção 3: Disponibilização de equipamentos e materiais didácticos e lúdicos nos	Favorecer o desenvolvimento harmonioso das crianças e estimular as capacidades	Apoio estatal às iniciativas privadas, das ONGs das comunidades e empresas	Jardins e Creches equipados com materias mais sofisticados;	Seleccção e aquisição de materiais mínimos.	2008-2013	400.000,00	

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

estabelecimentos e serviços de apoio à primeira infância	cognitivas, psicomotoras e afectivas das crianças de 0 a 6 anos		Fabricas locais confeccionam materiais e equipamentos didácticos e lúdicos	Fornecimento de materiais didácticos e educativos aos estabelecimentos e centros de primeira infância;	2008-2013	250.000,00	
Acção 4: Formação e recrutamento de pessoal qualificado	Garantir as condições técnicas mínimas de funcionamento das instituições e dos serviços de primeira infância	Canalização das intervenções das ONGs nas acções de formação do pessoal para os jardins e centros rurais;	100% de pessoal formado em todas os Jardins e Creches;	Recrutamento de pessoal qualificado;	2008–2012	70.000,00	
			Existência e funcionamento regular de Cursos de Formação para a Primeira Infância.	Formação de educadores, técnicos de saúde, animadores, assistentes sociais e outros técnicos em domínios de primeira infância	2008–2015	400.000,00	
Acção 5: Desenvolvimento da Educação Especial e protecção de crianças com capacidades especiais	Identificar e estudar as necessidades especiais de ofertas educativas e de protecção de crianças de 0 a 6 anos	Especialização em Educação Especial em Centros especializados no exterior de quadros nacionais;	Existência de pelo menos 7 especialistas em Educação Especial no país;	Bolsas de Estudos Visitas de estudo	2008–2013	300.000,00	
			Atendimento e existência de Centros de Educação Especial a nível dos Distritos;	Sensibilização e formação de país, encarregados de educação e comunidade	Realização de ateliers de formação, encontros	2012–2015	200.000,00
				7 Centros de Educação Especial criados no país	Construção de 7 Centros de Educação Especial	2008-2015	400.000,00
Sub-Total Qualidade						2.914.050,00	

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

COMPONENTE : GESTÃO

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Criação de um quadro legislativo a favor da primeira infância	Criar um ambiente mais acolhedor às crianças mais desfavorecidas	Advocacia a favor das crianças Sensibilização Envolvimento da comunidade; Órganos de Soberania, dos medias, empresários, ONGs, etc.	Aplicação de todos os dispositivos legais promotores dos Direitos da Criança;	Processo de Verificação de cumprimento das leis e constituição de uma Comissão Nacional de trabalho;	2008	5.000,00
			Apoio ao cumprimento de leis que responsabilizam os pais pelo reconhecimento dos filhos.	Realização de encontros com representantes de órgãos de soberania, líderes de opinião e realização de campanhas de sensibilização através da Comunicação Social;	2008-2010	10.000,00
			Existência de iniciativas privadas vocacionadas para o atendimento e protecção de crianças de 0-6 anos;	Formação de elementos da comunidade para o atendimento mais qualificado da primeira infância; e acompanhamento das actividades programadas pelas comunidades e iniciativas privadas	2008 – 2010	25.000,00
Acção 2: Promoção da participação das comunidades e das famílias na implementação dos programas de primeira infância	Estimular atitudes responsáveis dos adultos, pais, famílias e Sociedade sobre a primeira infância;	Estabelecimento de relações de cooperação entre as instituições e as comunidades	Prestação de serviços à Primeira Infância por ONGs e comunidades organizadas	Incentivo às redes de solidariedade e de apoio	2008 - 2015	45.000,00
Acção 3: Reforço das parcerias múltiplas	Articular as várias intervenções a favor da primeira infância	Estabelecimento de protocolos de cooperação; parcerias bilaterais, multilaterais e inter-sectoriais	Existência de protocolos de cooperação bi e multilaterais no domínio da Primeira Infância beneficiando todos os Distritos do país.	Assinatura de protocolos.	2008-2015	5.000,00
Sub-Total Gestão						90.000,00
TOTAL “DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NA PRIMEIRA INFÂNCIA”						8.978.438,00

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

8.2. EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças, nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

COMPONENTE: ACESSO

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Construção e reabilitação de escolas e salas de aulas	Alargar a oferta educativa no ensino primário;	- Afectação de recursos orçamentais e mobilização de recursos externos	Rede escolar com escolas reabilitadas e com número de salas suficientes tendo em conta as normas;	Reabilitação de escolas e salas	2007 - 2010	1.700.000
	Diminuir as dificuldades de acesso ao ensino primário;	Reenquadramento e redefinição da rede escolar	Rede escolar definida	Elaboração de uma carta escolar	2007	100.000
	Garantir a universalização do acesso à escolaridade básica até à 6ª classe	Gratuidade de materiais e meios de ensino	Disponibilidade de materiais escolares para todos os alunos do ensino básico	Adquisição de materiais escolares	2007 – 2015	2.000.000
Acção 2: Redução e eliminação das disparidades	Promover a equidade e a igualdade de oportunidades	Reabilitação e construção de escolas nas localidades mais recônditas e de difícil acesso.	Escolas de localidades mais recônditas e de difícil acesso em bom estado	Criação de condições locais de funcionamento de pequenas escolas; Institucionalização do ensino especial e institucionalização do apoio social escolar.	2007- 2015	200.000
Acção 3: Aumento da participação e acesso das raparigas	Acompanhar a paridade de género e promover a igualdade de oportunidades para as raparigas	Introdução de medidas de discriminação positiva	50% da população escolar feminina em todos os níveis de ensino	Definição de políticas claras de género	2007- 2015	

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

Acção 4: Adopção de quotas por regiões e distritos no acesso a todos os serviços educativos incluindo a formação	Corrigir as assimetrias e disparidades regionais entre os sexos	Adopção de medidas institucionais para viabilizar a alteração de normativos de acesso	Regulamentos criados e adoptados integrando as especificidades do género	Elaboração de normativos, despachos e decretos e decretos-leis sobre a questão de medidas de discriminação positiva ligadas ao género	2007 - 2006	
Acção 5: Incentivo às escolas comunitárias e privadas	Promover e apoiar o ensino privado Estimular as iniciativas privadas e comunitárias	Encorajamento de intervenções favoráveis ao reforço do Ensino primário	Apoio dado a iniciativas de ensino privado; Complemento de aprendizagens dos alunos do ensino básico com iniciativas privadas;	Redinamização da Lei do Ensino Particular;	2007 – 2005	
				Disponibilização de recursos financeiros		
Acção 6: Acção social	Estimular o acesso e reduzir as disparidades geográficas e sociais	Abordagem e monitorização dos programas dos Meninos da Rua	Existência de um sistema de acção social escolar; Aumento da taxa de alfabetização dos Meninos da Rua	Reforço e alargamento de uma rede de transporte escolar; Redinamização de Bolsa-Escola aos mais desfavorecidos e criação de programas especiais de escolarização dos meninos e meninas da rua	2007 – 2010	230.000
	Garantir o apoio nutricional mínimo às crianças do ensino básico	Promoção da articulação com o PAM e o UNICEF e iniciativas privadas	30 000 Refeições quentes diárias fornecidas às crianças	Distribuição de géneros alimentícios a escola. Incentivo à criação de horto escolar e supervisão e controle da cantina escolar	2007- 2015	300.000
Sub-Total Acesso						4.530.000,00

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

COMPONENTE: QUALIDADE

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Redução da repetência e do abandono escolar	Promover o sucesso escolar	Incentivar modelos pedagógicos de promoção do sucesso escolar e identificar escolas que têm condições apropriadas para passagem automática	Existência de taxas de repetência de abandono escolar inferiores a 10%	Monitorização da aprendizagem dos alunos;	2007 – 2015	70.000
				Reforço da planificação das actividades pedagógicas;	2007 – 2010	100.000
				Identificação e apoio às zonas e grupos mais vulneráveis, introdução de novas abordagens metodológicas e implementação gradual de promoção automática	2010-2015	150.000
Acção 2: Reformulação curricular para o ensino básico	Melhorar a qualidade de ensino	Estudo e identificação das necessidades de alterações curriculares e articulação do currículo de Ensino Básico e a formação de professores.	Todos os manuais do ensino básico reformulados de acordo com novos currícula	Definição de finalidades e objectivos de ensino e de competências básicas do currículo	2008	50.000
Acção 3: Aquisição e distribuição de manuais escolares	Apoiar e reforçar a aprendizagem dos alunos	Articulação e parceria com projectos pedagógicos financiados por doadores	100 000 exemplares de manuais para todas as classes do ensino básico	Reimpressão de manuais, concepção e produção de novos manuais e distribuição de novos manuais	2007- 2011	167.000

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

Acção 4: Atendimento a crianças e jovens com necessidades educativas especiais	Criar Zonas de Intervenção Prioritárias (ZIP)	Introdução de Zonas de Intervenção Prioritária para atendimento às crianças com dificuldades de aprendizagem e implementação de um modelo de integração de crianças com capacidades especiais.	Crianças e jovens com capacidades especiais integrados no sistema escolar; Apoios a crianças e jovens como capacidades especiais durante o percurso escolar Formações em exercício realizadas no âmbito da Educação Especial ZIPs institucionalizadas	Realização de recenseamento das crianças e jovens portadoras de deficiências Elaboração do currículo para Ensino Especial Seminários de Formação de Professores para Ensino Especial Regulamentação e implementação do ensino especial nos vários níveis de ensino	2007 - 2010	250.000
	Promover o ensino especial;	Articulação com as ONGs, Associações e comunidades	3 centros de ensino especial criados e equipados	Criação de 3 centros regionais de educação especial	2008	150.000
Acção 5: Reformulação do sistema de avaliação	Avaliar o nível de aquisições e competências dos alunos	Estudo do sistema de avaliação e análise dos indicadores de eficácia interna	Novo sistema de avaliação implementado e adaptado às finalidades da Educação; Diminuição progressiva dos níveis de repetência e reprovação	Constituição de equipas para elaboração do novo sistema de avaliação; Discussão e aprovação do sistema de avaliação	2008- 2010	58 983

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

Acção 6: Disseminação de estudos relacionados com a problemática de género	Divulgar a situação das raparigas e rapazes desfavorecidos; Estudar soluções para a resolução de situações de desigualdades de género	Implicação dos actores sociais e parceiros; Articulação de programas de alfabetização; Formação de pais/adultos	Estudos realizados e disponíveis; Situações de desigualdades identificadas; Soluções e iniciativas discutidas e adoptadas	Levantamento e listagem de estudos; Organização e realização de seminários e ateliers	2007 - 2011	30.000
Acção 7: Formação regular de professores	Garantir o funcionamento das escolas com pessoal qualificado.	Diversificação das modalidades de formação; Formação do pessoal docente.	Existência de um sistema de formação de professores diversificado (inicial, contínua e em exercício) e em educação especial.	Realização de cursos de formação inicial e contínua	2003 – 2015	160. 650
				Reforço da capacidade institucional da EFOPE em formação de professores;	2003 – 2008	43.000
				Apoio às iniciativas complementares privadas de formação	2003 – 2015	38.520
Acção 8: Introdução da Saúde Escolar no Sistema Educativo	Integrar a Educação, Saúde e Nutrição das crianças em idade escolar; Assegurar a permanência e o bem estar das crianças	Promoção da articulação e colaboração institucional nos domínios de Saúde e Educação Estabelecimento de parcerias várias	Existência de um sector de Saúde Escolar com projectos e actividades regulares durante o ano lectivo.	Vacinação de crianças Controle nutricional;	2003 – 2015	108 000
				Responsabilização e administração de suplementos vitamínicos e minerais às crianças;	2008 – 2015	80 000
				Desinfecção regular do ambiente escolar	2008 – 2015	98 400
Sub-Total Qualidade						1.554.553

Objectivo 2: Primar para que até ao ano 2015, todas as crianças ,nomeadamente as raparigas, as crianças com dificuldades e as que pertençam a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder ao ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade e de prosseguir-lo até o seu termo.

COMPONENTE: GESTÃO

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Melhoria da gestão institucional do Ensino Básico	Promover a eficiência e a eficácia na gestão e administração dos estabelecimentos escolares	Dotação de capacidades e competências de gestão e promoção da planificação sistematizada e apoio diversificado às escolas	Gestão administrativa de escolas do Ensino Básico segundo princípios e modelos mais modernos de gestão.	Formação de 105 Directores e Gestores escolares.	2008-2015	232.144
				Formação de 18 planificadores da Educação;	2008 – 2015	65.000
				Introdução de sistemas de informação para a gestão escolar;	2008	44.000
				Avaliação do desempenho das escolas.	2008 – 2015	70.000
Acção 2: Descentralização da rede escolar	Melhorar a capacidade de gestão pedagógica nas escolas	Estudo e implementação dos modelos organizacionais mais adaptados	Rede escolar organizada por Regiões, Distritos e agrupamentos; prevalência de práticas de descentralização e desconcentração na gestão de escolas do ensino básico.	Redefinição do modelo organizacional das escolas e reafectação de recursos e orçamentos à escolas.	2007	3 500
				Criação de condições e sistemas de incentivos as escolas.	2008 – 2015	700.000
Acção 3: Envolvimento dos pais, famílias e comunidades na vida escolar	Promover maior ligação entre a Educação e as comunidades e estabelecer relações de parceria.	Criação e dinamização de contratos sociais de parceria na Educação.	Pais e famílias participam nos órgãos de gestão das escolas.	Jornadas “ Portas Abertas	2007 – 2015	13.482
Sub-Total Gestão						1.129.126
TOTAL “EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE”						7.213.679

8.3. EDUCAÇÃO QUALIFICANTE, ENSINO SECUNDÁRIO E TÉCNICO PROFISSIONAL

Objectivo 3: Responder às necessidades educativas de todos os Jovens e Adultos assegurando um acesso equitativo aos programas adequados tendo como objectivo a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para a vida corrente.

COMPONENTE: ACESSO

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Reestruturação do Ensino Secundário	Preparar os jovens para a vida activa; Diversificar as ofertas educativas	Reforma Educativa incidindo sobre o perfil de saída no Ensino Secundário	Existência de um quadro jurídico-legal articulando o Ensino Secundário e o Ensino Profissional;	Reforma do currículo e programas do Ensino Secundário	2007 – 2010	90.000
		Dinamização da orientação vocacional dos jovens no ensino secundário	Currículo do Ensino Secundário diversificado e com saídas profissionais diversificadas	Reestruturação da rede de escolas e articulação com escolas profissionais	2008 – 2010	16.050
			Ensino Recorrente (Curso Nocturno) reforçado e ampliado a todas as capitais distritais	Institucionalização do Ensino Recorrente de Adultos (Curso Nocturno)	2008 – 2015	30.000
Acção 2: Criação de Escolas Profissionais	Alargar o sistema de formação para os jovens; Orientar os jovens para uma área profissionalizante	Intervenção em áreas económicas emergentes	Escolas profissionais de vários níveis em funcionamento em três distritos e pelo menos três domínios profissionais (prático, geral e médio)	Reforço e redinamização do quadro normativo; Construção de Escolas Profissionais de vários níveis	2007– 2015	327.613
			50% da população escolarizada de jovens com formação profissional e inseridos no mercado de trabalho.	Diversificação dos pólos de formação e de formação de formadores	2007 - 2015	41. 265

Acção 3: Redinamização dos Centros Politécnico, CATAP, CENFOPA e CEFP	Relançar os Centros de formação profissional adaptados às reais necessidades contextuais do desenvolvimento do país.	Introdução de mecanismos de autonomia de gestão; Estabelecimento de parcerias com o sector privado na gestão e manutenção desses Centros	Aumento do leque de formações profissionais para jovens;	Reforço e redinamização do quadro normativo; diversificação dos pólos de formação; formação de formadores;	2007 – 2015	200.000
				Apetrechamento dos Centros;	2007 – 2010	165.850
				Reforma curricular dos cursos profissionais e estudos de mercado de emprego	2007	30.000
Acção 4: Equidade e igualdade de oportunidades de acesso ao Ensino Secundário e outros níveis superiores de ensino	Reduzir as disparidades regionais, promover a igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso; e estimular o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos jovens.	Adopção de medidas de discriminação positiva e criação de condições favoráveis nos centros e apoio a iniciativas privadas para acolhimento de jovens estudantes	Aumento de estudantes das zonas rurais nos níveis mais elevados do ensino. Apoio social garantido a 20% do contingente do Ensino Secundário, Ensino Superior a favor dos jovens rurais	Adopção de bolsas de estudo; construção de lares para jovens;	2007 – 2015	475.000
				Construção de escolas para o Ensino Secundário.	2007 – 2015	2.800.000
				Construção de um centro estudos polivalentes	2010 – 2015	1.679.087
Acção 5: Criação de Centros de Interesse para Formação Permanente e Ocupação dos Tempos Livres dos Jovens	Aumentar o nível cultural e a competência dos jovens	Democratização do acesso a NTIC com incentivo; Valorização das artes e ofícios tradicionais.	Centros Distritais em funcionamento regular; Eventos artísticos e culturais dinamizados nos Centros	Sensibilização e mobilização de jovens;	2007 – 2010	150.000
				Construção de Centros Culturais nas capitais Distritais	2008- 2015	113.400

Objectivo 3: Responder às necessidades educativas de todos os Jovens e Adultos assegurando um acesso equitativo aos programas adequados tendo como objectivo a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para a vida corrente.

Acção 6: Estimulação ao auto-emprego	Promover o auto-emprego e a reconversão profissional dos jovens e adultos	Apoio à criação de micro-empresas juvenis como resposta ao enquadramento no mercado de trabalho.	Número de micro-empresas criadas por jovens e adultos inseridos em programas específicos	Cursos para capacitação e gestão de micro-empresas; concepção de projectos;	2007 –2008	250.000
				Linhas de crédito bonificados de apoio aos jovens.	2008 - 2015	250 000
Sub-Total Acesso						6.618.265,00

COMPONENTE: QUALIDADE

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Formação e desenvolvimento profissional de professores	Melhorar a qualidade do ensino secundário e o nível de prestação do corpo docente	Reforço do Sistema Nacional de Formação de Docentes para o Ensino Secundário	80% de professores do Ensino Secundário profissionalizados	Formação anual de professores para o Ensino Secundário	2007 – 2011	150.000
		Diversificação das modalidades de formação de professores	Sistema de formação contínua implementado regularmente.	Formação contínua para professores do Ensino Secundário.	2007 – 2015	250.000
			Existência de planos prospectivos para formação de professores do Ensino Secundário	Institucionalização de um Sistema de Apoio Técnico aos Professores do Ensino Secundário	2007 – 2008	25.000
Acção 2: Redinamização do apoio pedagógico-didáctico no Ensino Secundário	Melhorar as competências técnico-pedagógicas dos professores do Ensino Secundário	Dinamização e criação de Centros de Recursos para Apoio Pedagógico e implementação da modalidade de ensino à distância com recursos à audiovisuais e NTIC	7 Centros de Recursos criados, equipados e funcionais.	Fornecimento e apetrechamento às escolas secundárias de bibliotecas científicas; equipamento de laboratórios.	2008	75.000
			Efectivação do apoio pedagógico através da articulação ISP – Escolas Secundárias e Centros de Recursos.	Descentralização do apoio pedagógico para o Ensino Secundário.	2007 – 2008	50.000

<p>Acção 3: Incentivação à criação de escolas privadas do ensino secundário e técnico-profissional</p>	<p>Promover a participação do sector privado no ensino e formação de jovens e diversificar as oportunidades de formação dos jovens.</p>	<p>Estabelecimento de parcerias e cooperação entre o Estado e a Sociedade Civil e canalização de investimentos para o sector de formação de jovens.</p>	<p>Existência de escolas secundárias privadas com capacidade total de absorção de 20% da população escolarizável e programas de investimento de apoio à iniciativas privadas de formação de jovens.</p>	<p>Regulamentação da lei sobre o Ensino Privada e cooperativo, estímulo ao associativismo, aprovação de legislação e elaboração de normativos e implementação de mecanismos de coordenação e apoio a iniciativas privadas e cooperativas.</p>	<p>2007 – 2015</p>	<p>450.000</p>
<p>Acção 4: Desenvolvimento das actividades desportivas e recreativas para crianças e jovens</p>	<p>Criar espaços de dinamização do desporto nas comunidades e instituições educativas e promover o surgimento de talentos desportivos e artísticos nas camadas mais jovens</p>	<p>Valorização do desporto e Educação Física no currículo escolar.</p> <p>Apoio maciço às iniciativas comunitárias no domínio desportivo.</p>	<p>Espaços desportivos criados em todos os Distritos do país e educação Física Integrada e revalorizada no currículo do Ensino Secundario</p>	<p>Construção de 4 poli-desportivos e reabilitação de 3 poli-desportivos existentes nos Parques Populares</p>	<p>2008– 2010</p>	<p>800.000</p>
			<p>Mecenato para promoção de talentos desportivos e artísticos juvenis.</p>	<p>Criação de um Fundo para Desporto Juvenil</p>	<p>2008– 2015</p>	<p>420.000</p>
<p>Sub-Total Qualidade</p>						<p>2.220.000,00</p>

COMPONENTE: GESTÃO

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Ação 1: Gestão eficaz das Escolas Secundárias	Melhorar a gestão pedagógica e administrativa das escolas secundárias	Adopção de regimes de autonomia de gestão escolar; Controle e regulação de recursos materiais, humanos e financeiros; Adopção de novos modelos de gestão escolar	Todas as escolas do Secundário com Planos de Desenvolvimento Educativo (PDE)	Institucionalização dos Regulamentos, PDEs e Projectos Educativos das Escolas Secundárias.	2007 – 2015	15.940
			Modelos de Gestão participada adoptados pelas Escolas Secundárias e existência de órgãos de pais e poder local na gestão administrativa das Escolas Secundárias	Regulamentação de quadros legislativos de Gestão Participada e formação e actualização dos Directores em Gestão e Administração	2007 – 2010	90.000
			Sistemas de conservação de recursos materiais e patrimoniais	Adopção de medidas administrativas de conservação e manutenção do património.;	2007 – 2009	25.000
			Escolas Secundárias Equipadas	Adquisição e distribuição de equipamento mínimo pelas Escolas Secundárias.	2008	200.000
Ação 2: Criação de um sistema de formação profissional	Promover a formação profissional qualificante	Co-financiamento das empresas; Coordenação das iniciativas privadas e não-formais	Existência de saídas profissionais no sistema nacional da educação; Existência de parceria entre o público e o privado no âmbito da formação profissional	Elaboração, adopção e aprovação de diplomas específicos sobre o sistema de formação profissional; Mecanismo de coordenação entre os centros de formação profissional.	2008 - 2015	70.000

Objectivo 3: Responder às necessidades educativas de todos os Jovens e Adultos assegurando um acesso equitativo aos programas adequados tendo como objectivo a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para a vida corrente.

<p>Acção 3: Articulação institucional das intervenções sectoriais a favor da juventude</p>	<p>Coordenar e rentabilizar as acções de promoção das necessidades dos jovens</p>	<p>Centralização da articulação das políticas e das intervenções.</p>	<p>Criação de uma instância nacional de coordenação com representações regionais e sectoriais</p>	<p>Recenseamento das intervenções a favor da Juventude; Formulação de prioridades na execução das acções a favor da juventude; Organização e coordenação do quadro de funcionamento</p>	<p>2008-2010</p>	<p>30.000</p>
<p>Acção 3: Criação do quadro institucional de funcionamento dos Centros de Interesses Juvenis e de Adultos</p>	<p>Melhorar o nível organizativo e de performance das instituições e aperfeiçoar o modelo de gestão institucional dos Centros de Interesses</p>	<p>Envolvimento da Sociedade Civil e das comunidades na sustentabilidade dos Centros; criação de sinergias entre Cultura – Educação, Desporto e Juventude para a promoção dos Centros de Interesse</p>	<p>Criação de 3 espaços multiusos (tipo <i>AGORA</i>) para jovens, geridos eficazmente.</p>	<p>Aprovação do quadro legal; afectação e mobilização de recursos e mobilização social.</p>	<p>2008 – 2010</p>	<p>35.000</p>
<p>Sub-Total Gestão</p>						<p>465.940,00</p>
<p>TOTAL “EDUCAÇÃO QUALIFICANTE, ENSINO SECUNDÁRIO E TÉCNICO PROFISSIONAL”</p>						<p>9.304.205,00</p>

8.4. ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E EDUCAÇÃO PERMANENTE

Objectivo 4: Melhorar em 50% os níveis de Alfabetização de Adultos, nomeadamente das mulheres, até 2005 e assegurar a todos os adultos um acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente.

COMPONENTE: ACESSO

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Caracterização completa do fenómeno de analfabetismo	Identificar e caracterizar a incidência do analfabetismo	Estudo sócio-cultural do analfabetismo em STP	Estudo do analfabetismo no meio rural, nas comunidades de pescadores, nos grupos étnicos, nos grupos populacionais	Recrutamento de consultoria para a realização do estudo; Realização de un inquerito nacional da identificação dos problemas correlacionados com analfabetismo;	2007	70.000
Acção 2: Desenvolvimento da Educação Não-Formal	Aumentar o nível da escolarização da população; Incrementar o acesso de adultos a programas não formais de educação e formação	Criação de Centros de Alfabetização de Adultos e dinamização de projectos e programas de Educação Não-Formal	Centros Distritais de Alfabetização e projectos de Educação Não-Formal para grupos específicos (raparigas, mulheres) criados e em funcionamento	Recenseamento de zonas para instalação de Centros e inventariação de projectos e programas de Educação Não-Formal.	2008	30.000
			Criação de centros de treinamento profissional para jovens e adultos portadores de deficiência	Atribuição de financiamentos/subsídios para os Centros de treinamento profissional	2008-2015	240.000
			Colocação de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho	Adopção de incentivos a empresas para absorção de pessoas portadoras de deficiências	2008-2015	180.000

Objectivo 4: Melhorar em 50% os níveis de Alfabetização de Adultos, nomeadamente das mulheres, até 2015 e assegurar a todos os adultos um acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente.

<p>Acção 3: Formação de animadores para alfabetização de adultos</p>	<p>Criar um contingente de animadores qualificados para a implementação da alfabetização e promover a participação das pessoas para actividades de alfabetização</p>	<p>Recrutamento de jovens e adultos envolvimento de Associações, ONGs, e Igrejas; exercito e sector prisional e sector privado. Descentralização das acções de formação,</p>	<p>Formações regulares de animadores de alfabetização; projectos de alfabetização desenvolvidos por ONGs e Igrejas e contactos institucionais regulares com a Sociedade Civil sobre a alfabetização.</p>	<p>Organização e constituição dos Núcleos Regionais e Locais de Formação de animadores; Elaboração de programas de formação</p>	<p>2007-2008</p>	<p>20.000</p>
<p>Acção 4: Desenvolvimento de Campanhas de Alfabetização</p>	<p>Revitalizar e aumentar sucessivamente a participação na alfabetização de adultos</p>	<p>Utilização de meios de comunicação, das associações, comunidades, instituições políticas, religiosas, culturais, ONGs, para participação nas campanhas</p>	<p>Alfabetização de adultos com espaços regulares na Comunicação Social (Rádio e TV); Pelo menos 3 Campanhas de Alfabetização até 2015</p>	<p>Realização de ciclos anuais de campanhas e criação de um Comité Nacional de Alfabetização e Organização de campanhas.</p>	<p>2007 – 2015</p>	<p>1.000.000</p>
<p>Acção 5: Redução do Analfabetismo</p>	<p>Reduzir de 27% a 10% de analfabetismo da população adulta</p>	<p>Intensificação das acções nos grupos femininos; e estabelecimento de parcerias com ONGs, para a dinamização de alfabetização funcional</p>	<p>Taxa de analfabetismo inferior a 10%; aceleração do aumento da taxa de alfabetização de raparigas e mulheres; projectos de alfabetização funcional nos grupos mais vulneráveis (mulheres, palaiês, pescadores, minorias étnicas)</p>	<p>Identificação dos potenciais parceiros; aplicação de protocolos de cooperação e colaboração com as ONGs e a Sociedade Civil e formação/elaboração de projectos de alfabetização funcional</p>	<p>2007 – 2015</p>	<p>70.000</p>
<p>Sub-Total Acesso</p>						<p>1.610.000</p>

COMPONENTE: QUALIDADE

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Coordenação central dos programas de alfabetização de jovens e adultos, incluindo o alargamento até 6ª classe.	Melhorar os resultados da alfabetização formal e não formal.	Articulação e coordenação das iniciativas não formais com órgãos formais e alargamento até 6ª classe	Criação de um órgão Nacional Central de monitorização e coordenação da alfabetização para jovens e adultos com existência de órgãos distritais de gestão.	Elaboração dos programas de alfabetização;	2007 – 2009	35.000
				Supervisão e acompanhamento da execução de programas;	2007 – 2015	150.000
				Produção e fornecimento de material pedagógico de apoio	2007 – 2015	200.000
				Acção de formação de delegados e coordenadores distritais de alfabetização	2007-2008	60.000
Acção 2: Definição e elaboração de currículo e programas de alfabetização de jovens e adultos	Melhorar a qualidade da alfabetização	Estudo e aproveitamento das experiências passadas	Alfabetização funcional presente e reforçada nas incitavas e propostas metodológicas; Existência de apoio técnico sistemático das instituições educativas; Existência de material adaptado às realidades sócio-culturais do país;	Recenseamento das experiências; recrutamento de pessoal; selecção de material; estudo e apreciação de metodologias.	2007 – 2008	20.000
Sub-Total Qualidade						465.000

Objectivo 4: Melhorar em 50% os níveis de Alfabetização de Adultos, nomeadamente das mulheres, até 2015 e assegurar a todos os adultos um acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente.

COMPONENTE: GESTÃO

ACÇÕES	OBJECTIVOS	ESTRATÉGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERÍODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Criação de programas de Educação Permanente/Pós-Alfabetização	Promover a pós-alfabetização para consolidação e utilização das competências e aprendizagens	Concepção de programas visando grupos populacionais e comunidades mais vulneráveis e mais desfavorecidas	Círculos de Educação Permanente criados nas Associações Comunitárias; Cursos intensivos de recuperação de jovens e adultos para conclusão da escolaridade básica;	Identificação das necessidades, prioridades, elaboração de projectos e acompanhamento regular das actividades	2008-2015	120.000
Acção 2: Reforço institucional do sector da Educação Não-Formal	Melhorar a capacidade de intervenção técnica e de gestão na Educação Não-Formal e criação de um regulamento para Alfabetização de Jovens e Adultos.	Interiorização de novas abordagens de Educação Permanente e monitorização e avaliação do desempenho do sistema.	12 técnicos de intervenção comunitária inseridos no Sistema; projectos de investigação –acção em curso	Organização, recrutamento do pessoal; certificação das competências e visitas de supervisão, formação dos técnicos de formação comunitaria.	2008-2015	80.000
Sub-Total Gestão						200.000
TOTAL “ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E EDUCAÇÃO PERMANENTE”						2.275.000

8.5. EQUIDADE E EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

Objectivo 5: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade no referido domínio em 2015 velando nomeadamente por assegurar às raparigas um acesso equitativo e sem restrição à uma educação de base de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso.

COMPONENTE: ACESSO

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Divulgação dos estudos sobre a problemática de género	Sensibilizar os actores sociais sobre os problemas ligados ao género;	Realização de seminários para disseminação de resultados ao nível nacional e local;	Problemática de género tratada correctamente nas esferas sociais;	Contactos com comunicação social, comunidades, associações, ONGs, órgãos de poder local, etc	2007	10.500
	Coordenar estratégias para eliminação de constrangimentos e advogar a favor da igualdade e equidade de género	Elaboração de materiais de informação e comunicação	Integração da problemática de género nos domínios político, económico, social e cultural do país; e divulgação em os meios de Comunicação Social	Seminários, ateliers e produção e distribuição de materiais	2008-2015	130.000
Acção 2: Identificação, caracterização e localização das disparidades	Corrigir as disparidades existentes, através de intervenções adaptadas	Estudo sócio-cultural nas zonas identificadas	Disparidades de género praticamente inexistentes; Causas das disparidades identificadas e estudadas	Contratação de consultoria e reparação das condições para realização do estudo	2008	30.000
Acção 3: Elaboração e implementação de um plano de acção específico para as zonas de grandes disparidades	Reduzir as disparidades, promover a equidade e aumentar o acesso e a retenção das raparigas na Escola	Dinamização e intensificação de acções localizadas com intervenções de múltiplos actores sociais	Inexistência de disparidades no acesso e retenção na Educação.	Preparação e organização das intervenções por entidades e Coordenação/ Auscultação e validação do plano;	2008	15.000
				Adopção de medidas de compensação para as raparigas desfavorecidas	2008– 2015	120.000

Objectivo 5: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade no referido domínio em 2015 velando nomeadamente por assegurar às raparigas um acesso equitativo e sem restrição à uma educação de base de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso

<p>Acção 4: Introdução e implementação de um sistema de bolsas de estudos para as raparigas</p>	<p>Aumentar o acesso e a permanência das raparigas no sistema educativo</p>	<p>Levantamento e estudo do impacto e abordagem de discriminação positiva</p>	<p>Bolsas de estudos regulares para um contingente de raparigas de regiões desfavorecidas em igualdade com os rapazes;</p>	<p>Inquéritos; estudos; elaboração de propostas; mobilização de financiamento/recursos e organização e implementação do processo de bolsas</p>	<p>2008-2015</p>	<p>80.000</p>
<p>Sub-Total Acesso</p>						<p>385.000</p>

Objectivo 5: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade no referido domínio em 2015 velando nomeadamente por assegurar às raparigas um acesso equitativo e sem restrição à uma educação de base de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso

COMPONENTE: QUALIDADE

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Formação de profissionais de educação e membros das comunidades	Melhorar a qualidade de intervenção na abordagem de género	Formação de base e contínua dos professores Formação dos agentes das comunidades	Todos os professores formados na problemática de género; Agentes comunitários formados.	Seminários; elaboração, produção e distribuição de materiais de formação; seguimento e avaliação	2008-2015	70.000
Acção 2: Integração da dimensão género nos curricula e nos manuais do Ensino Básico e Secundário	Avaliar criticamente os conteúdos da educação escolar	Revisão curricular; Divulgação das experiências positivas	Eliminação dos estereótipos da Educação sexista nos livros e manuais; Manuais e curricula do Ensino Básico e Secundário revistos	Criação de equipas especializadas para concepção, análise, revisão e produção de programas e manuais.	2008	20.000
Sub-Total Qualidade						90.000

Objectivo 5: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade no referido domínio em 2015 velando nomeadamente por assegurar às raparigas um acesso equitativo e sem restrição à uma educação de base de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso

COMPONENTE : GESTÃO

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Criação de um Observatório de Género	Propor medidas sobre questões de género Garantir a coordenação e a articulação das intervenções dos vários sectores	Concertação dos sectores, organismos e domínios que intervêm em políticas de género e integração das estruturas-chaves do sistema educativo Observatório de Género Encontros sectoriais periódicos de seguimento e avaliação	Observatório de Género institucionalizado e em funcionamento; Indicadores sobre género actualizados e divulgados regularmente e criação de uma Base de Dados	Designação de responsáveis; definição e preparação do quadro legislativo; organização e preparação das condições de funcionamento do Observatório de Género.	2007	25.000
				Avaliação e seguimento da situação	2008 - 2015	70.000
Acção 2: Reforço de parcerias (nacionais e internacionais)	Consolidar os ganhos da equidade e igualdade de géneros	Concertação e cooperação nas intervenções sobre a problemática de género entre a Educação e os parceiros nacionais e internacionais	Número de protocolos de parcerias e acções desenvolvidos conjuntamente com as organizações/parceiros	Protocolos; legislação e planificação de acções conjuntas	2008	25.000
Acção 3: Eliminação de barreiras sociais e institucionais que impedem a escolarização das raparigas	Produzir transformações culturais na Escola e Diminuir a taxa de abandono escolar nas raparigas	Sistematização de normas e práticas institucionais a favor da escolarização das raparigas	Taxa de retenção das raparigas elevadas; Número de raparigas “expulsas” do sistema escolar reduzido.	Revisão de preceitos legais; inventariação de constrangimentos e barreiras e aprovação de textos jurídicos e normativos.	2007	15.000
				Produção e distribuição de materiais de comunicação	2008-2015	70.000

Objectivo 5: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade no referido domínio em 2015 velando nomeadamente por assegurar às raparigas um acesso equitativo e sem restrição à uma educação de base de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso

Acção 4: Introdução e implementação de um sistema de bolsas de estudos para as raparigas desfavorecidas e mais vulneráveis	Aumentar o acesso e a permanência das raparigas no sistema educativo	Levantamento e estudo do impacto e abordagem de discriminação (estabelecimento de quotas para raparigas)	Grupos de raparigas beneficiadas e identificadas com apoio social para permanência e acesso no sistema educativo	Inquéritos; estudos; elaboração de propostas .	2007	35.000
				Organização e implementação do processo de bolsas de estudo	2008-2015	70.000
Sub-Total Gestão						315.000
TOTAL “EQUIDADE E EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS”						790.000

8.6. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA ÓPTICA DA EXCELÊNCIA

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

COMPONENTE : ACESSO

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Melhoria da planificação do Sistema educativo	Amelhorar o acesso das crianças a todos os níveis escolares;	Sistematização da micro-planificação aos níveis locais e regionais	Distância média a percorrer pelas crianças de 3 a 5 km	Actualização da carta escolar;	2007-2008	70.000
	Contribuir a equidade no acesso		Afectação de 70% dos recursos financeiros da Educação para o Ensino Básico, Alfabetização e Educação Não-Formal.;	Formação de planificadores a nível distrital e local	2008-2010	30.000
			Projecção da população escolarizável feita regularmente a nível distrital;			
			Rede escolar equilibrada e redimensionada;			
			Existência de planos prospectivos da rede escolar a nível distrital e nacional.			

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

Acção 2: Institucionalização e desenvolvimento do acção social escolar	Estimular o acesso das crianças mais desfavorecidas; Reduzir o abandono escolar	Criação e aperfeiçoamento do domínio de apoio social escolar no contexto institucional do MEC a todos os níveis (nacional, regional e distrital); Estreitamento de relações e colaboração com a Sociedade civil para identificação, discussão e controle do apoio social escolar	Crianças desfavorecidas apoiadas com programas múltiplos de acção escolar; Aumento progressivo das taxas de admissão de retenção e de conclusão; Aumento das taxas de pré-escolarização e de escolarização nas localidades periféricas	Identificação e recenseamento de famílias desfavorecidas;	2008	15.000
				;		
				Preparação e execução do programa Bolsa-Escola;	2008-2010	30.000
				Montagem e atribuição do sistema de micro-créditos às famílias que utilizam crianças como força de trabalho;	2008-2015	50.000
				Fornecimento de Kits de materiais gratuitos	2008-2015	150.000
Acção 3: Mobilização de professores qualificados para o exercício docente nas zonas mais desfavorecidas	Garantir um corpo docente qualificado e profissionalizado em todas as regiões do país	Estímulo ao recrutamento local de candidatos a professores	Estabelecimento e cumprimento da quota mínima de 80% de professores qualificados e profissionalizados em todas as escolas do país	Criação de prémios salariais, outros estímulos e subsídios.	2008	50.000
				Promoção na carreira docente sistema de incentivos	2008	100.000
				Construção de alojamentos para professores nas localidades mais carenciadas	2008-2010	350.000
Sub-Total Acesso						845.000

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

COMPONENTE : QUALIDADE

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Preparação e implementação da Reforma Educativa	Adaptar o sistema educativo aos novos desafios do desenvolvimento do país	Coordenação e articulação da Estratégia Nacional da Educação, EPT, Planos e Programas de Desenvolvimento nacional;	Estrutura e organização do Sistema Educativo reformulada e adaptada às novas finalidades da Educação; Mecanismos de avaliação de resultados e monitorização do desempenho institucionalizados e introduzidos regularmente no sistema	Definição das grandes finalidades da Educação; Identificação das prioridades de desenvolvimento nacional; Auscultação nacional aos vários sectores implicados (sociais, políticos e económicos)		35.000
Acção 2: Institucionalização de um sistema de informação sobre currículo e programas	Reformular e reorientar a aprendizagem dos alunos Reforçar a gestão institucional e pedagógica do sistema educativo	Criação e montagem de uma rede de informação pedagógico-metodológica a partir da escola; Reforço e diversificação do sector de apoio metodológico do sistema	Existência de um órgão central de acompanhamento e avaliação de curricula e programas; Programas alterados de 7 em 7 anos; Estudos realizados sobre programas e curricula.	Introdução de procedimentos administrativos, definição dos órgãos de gestão e coordenação; Estudo e concepção do modelo; Aquisição de equipamentos para constituição de Base de Dados; Concepção e criação de Bases de Dados	2007-2010	300.000

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

<p>Acção 3: Formação de professores adaptada ao ciclo completo do Ensino Básico</p>	<p>Tornar efectiva a escolaridade básica de 6 classes</p>	<p>Articulação dos programas da Escola de Formação à Reforma Educativa</p>	<p>Cursos de formação de professores para o ensino básico em funcionamento na Escola de Formação de Professores; 80% de professores do Ensino Básico com formação adaptada ao perfil</p>	<p>Formulação do currículo e programas de formação e recrutamento de formadores</p>	<p>2008</p>	<p>175.000</p>
<p>Acção 4: Avaliação e monitorização das aprendizagens dos alunos e das aquisições escolares</p>	<p>Promover uma cultura de seguimento e avaliação das competências dos alunos e das escolas</p>	<p>Promoção de diálogos entre vários actores sociais, políticos e económicos sobre o valor da Escola e o exercício da cidadania</p>	<p>Estudos sobre a aquisição das competências dos alunos realizados regularmente pelo MEC.</p>	<p>Concepção de testes; identificação das competências; realização de inquéritos; montagem do estudo e divulgação dos resultados</p>	<p>2008-2015</p>	<p>350.000</p>
<p>Acção 5: Disponibilização de manuais didácticos e livros escolares para o Ensino Básico</p>	<p>Melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem</p>	<p>Adaptação ao currículo e às novas finalidades da Educação para Todos</p>	<p>Existência de todos os manuais para o ensino básico em quantidade suficiente para os alunos e professores;</p>	<p>Concepção, elaboração e produção de manuais para todas as áreas do ensino básico;</p>	<p>2008-2009</p>	<p>175.000</p>
			<p>Sistema de distribuição e reimpressão de manuais montado eficazmente no MEC</p>	<p>Constituição de equipas disciplinares; contratação de especialistas</p>	<p>2009-2015</p>	<p>200.000</p>

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

Acção 6: Promoção das línguas nacionais	Introduzir as línguas nacionais no ensino;	Criação de uma disciplina de língua nacional no currículo do Ensino de Base;	Línguas nacionais introduzida no currículo	Programas radiofónicos realizados para domínios EPT	2009-2010	30.000
	Consolidar a identidade nacional e promover a dinamização cultural	Utilização de línguas nacionais nas actividades culturais e recreativas nas escolas e para programas de atendimento aos jovens e adultos	Línguas nacionais utilizadas na alfabetização Línguas nacionais mais desenvolvidas e utilizadas na Escola pelas crianças e jovens	Recrutamento e formação de animadores culturais para línguas nacionais	2009	20.000
				Realização de inquéritos sobre utilização de línguas nacionais	2008	20.000
Acção 7: Vulgarização de bibliotecas, mediatecas e ludotecas nas escolas do Ensino Básico	Promover o reforço das aprendizagens escolares	Adopção de um sistema de bibliotecas e ludotecas móveis; Criação de espaços de recreação nas Escolas	Bibliotecas, mediatecas e ludotecas criadas em escolas de maiores dimensões; Escolas de menores dimensões assistidas pelas bibliotecas móveis, Parques de recreio criados e com equipamentos mínimos em todas as escolas.	Aquisição de bibliotecas; de brinquedos; de filmes e audiovisuais; e de viaturas.	2008-2010	120.000
				Formação específica de pessoal	2008-2010	70.000

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

<p>Acção 8: Melhoria da eficácia da Educação</p>	<p>Rentabilizar os inputs do Sistema Educativo com vista a obtenção de melhores performances</p>	<p>Melhoria do funcionamento da Escola e todos os elementos-chave que concorrem para a eficácia do sistema educativo;</p>	<p>Taxa média actual de repetência no Ensino Primário reduzida de 27% a menos de 10%; Taxa de transição do Ensino Básico para o Ensino Secundário aumentada em 40%; Escolas geridas eficazmente;</p>	<p>Estudos sobre a eficácia do Sistema Educativo e agilização dos procedimentos de gestão orçamental.</p>	2009	30.000
				<p>Monitorização dos indicadores de eficácia</p>	2009 – 2015	20.000
<p>Sub-Total Qualidade</p>						<p>1.545.000</p>

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

COMPONENTE : GESTÃO

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Adopção de medidas administrativas visando a melhoria da eficácia	Aumentar o acesso e a retenção de crianças no ensino básico; Promover melhor articulação vertical e horizontal no sistema educativo	Aligeiramento dos procedimentos administrativos;	Os constrangimentos administrativos burocráticos eliminados; Normas e regulamentos administrativos adaptados às realidades	Organização do ensino básico por ciclos com passagens automáticas;	2007-2010	20.000
				Produção de textos normativos	2007-2008	15.000
Acção 2: Institucionalização e desenvolvimento da gestão participativa nas Escolas	Promover a participação dos diferentes actores educativos como forma de garantir a eficácia	Transformação da Escola como espaço de intervenção dos pais e comunidades; Adopção de um modelo de gestão eficaz; Instauração gradual do regime de autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas	Funcionamento de órgãos de gestão eleitos democraticamente; Conselhos de fiscalização da gestão das escolas criados; Auditorias externas realizadas regularmente nas escolas	Formação de gestores escolares; constituição de órgãos democráticos de gestão e administração das Escolas;	2008-2010	50.000
				Intervenção dos actores educativos;	2009	20.000
				Concepção de projectos educativos; montagem de um sistema de avaliação das escolas	2009-2015	70.000
Sub-Total Gestão						175.000
TOTAL “EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA ÓPTICA DA EXCELÊNCIA”						2.574.000

Objectivo 6 : Melhorar em todos os aspectos a qualidade de educação numa óptica de excelência, de forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis fundamentalmente no que se refere à leitura, à escrita e ao cálculo e outras competências indispensáveis à vida corrente.

Quadro síntese dos custos dos programas /projectos

Programas / Projectos	Montante (em milhões de dólares)
Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância	8.978
Educação Básica de Qualidade, Equidade e Género	7.213
Educação Qualificante, Ensino Secundário e Técnico-Profissional	9.304
Alfabetização de Adultos e Educação Permanente	2.275
Equidade e Educação das Raparigas	790
Educação de Qualidade na óptica de Excelência	2.574
TOTAL	31.134

**CAP IX. COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO
NACIONAL DE ACÇÕES EPT**

9.1. Coordenação, Execução e Avaliação do Plano Nacional de Acções EPT

A abordagem participativa do Plano Nacional de Acções EPT bem como a implementação das actividades assentam-se sob a lógica de estabelecimento de parcerias entre os vários actores sociais e educativos.

As sinergias devem ser criadas no desenvolvimento das estratégias assumidas para a implementação de várias acções entre:

- Os poderes centrais, regionais e locais.
- O sector formal e não-formal;
- Os sectores políticos, sociais e económicos.

O Plano Nacional de Acções do EPT é concebido como um instrumento de planeamento estratégico, dinâmico e multisectorial, com uma abordagem sistémica a partir do qual realizam-se as acções e desenvolvem-se as estratégias para garantir a Educação de qualidade.

A capacidade institucional do MEC deve ser reforçada através da integração e participação de outros sectores e de outros parceiros na aplicação, seguimento e avaliação porque implica toda a sociedade. A responsabilidade é colectiva e não exclusivamente do sector educativo.

Assim prevê-se:

- A criação de um Fórum Nacional EPT, enquanto órgão superior de orientação para assegurar o cumprimento dos objectivos e estratégias do EPT promovendo o dialogo nacional com todos os sectores da Sociedade e estimulando as múltiplas parcerias necessárias.
- A institucionalização de um Comité de Coordenação de carácter permanente aos níveis nacional.
- A criação de comités distritais na óptica da descentralização

9.1.1. Fórum Nacional EPT

São competências específicas do Fórum o seguinte:

- Velar pelo cumprimento dos objectivos do EPT fixados em Dakar e noutros fóruns internacionais subsequentes subordinados à temática;
- Aprovar as actividades do Plano Nacional de Acções EPT, sob proposta do Comité Nacional de Coordenação;
- Velar pela execução do Plano Nacional de Acções EPT;
- Promover e desenvolver as reais relações de parceria fazendo apelo ao diálogo, à colaboração e à coordenação por parte de todos os sectores da sociedade civil;
- Assegurar pela implementação do processo e os mecanismos de seguimento, a avaliação e a prestação de contas regulares relativas às actividades causais do EPT;
- Mobilizar os recursos necessários e todas as fontes de financiamento para garantir a implementação do PNA-EPT;

Devem integrar o Fórum Nacional EPT, como membros, as seguintes instituições e entidades:

- Ministro da Educação, que preside;
- Ministro da Juventude e Desporto;
- Ministro do Trabalho, Emprego e Solidariedade;
- 1 representante do Ministério do Plano e Finanças;
- 1 “ da Condição Feminina;
- 1 “ da Federação das ONGs;
- 3 representantes do Poder Local e das Autarquias;
- 1 representante das Escolas Privadas;
- 2 representantes de Organizações Religiosas

Integram ainda o Fórum Nacional EPT, como observadores, 3 representantes das organizações internacionais afins e doadores que operam no país, em representação da comunidade internacional que subscrevem e apoiam os engagements do EPT.

9.1.2. Comité Nacional de Gestão e Avaliação (CONGEA)

Devem integrar o Comité Nacional de Gestão e Avaliação da EPT (CONGEA) representantes dos seguintes sectores:

- Ministério de Educação e Cultura, que preside;
- Ministério Plano e Finanças;
- Ministério da Juventude e Desporto;
- Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade;
- Ministério Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Sector responsável pela Condição Feminina;

Integram ainda o CONGEA representantes das seguintes das seguintes entidades:

- UNICEF;
- Federação das Organizações Não Governamental (FONG);
- Câmara do Comércio;
- Igrejas.

O Comité terá as seguintes competências:

- Coordenar o processo de implementação das actividades do PNA-EPT;
- Acompanhar os progressos do EPT;
- Aconselhar os parceiros implicados sobre as medidas a tomar com vista ao bom desenvolvimento das actividades do EPT;
- Mobilizar os parceiros a favor do EPT;
- Assegurar uma gestão transparente dos fundos afectos às actividades do EPT;
- Apresentar os relatórios regulares sobre o estado de avanço do PNA-EPT;
- Coordenar e assegurar a intervenção das equipas multisectoriais.

9.1.3. Comit s Distritais

O mecanismo de monitoriza o e coordena o deve reflectir uma óptica de gestão descentralizada prevendo-se a existência de Comit s Distritais de Execu o (CDE).

A composi o dos CDE deverá ser a seguinte:

- Presidente da Câmara Distrital, que o preside;
- 1 Representante do MEC ao nível distrital, como 1  Vice-Presidente;
- 1 “ das Organiza es da Juventude, como 2  Vice-Presidente;
- 1 “ da Condi o Feminina, como Secretário;
- 1 “ do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, como vogal;
- 2 “ das Organiza es Não-Governamentais;
- 1 “ das Associa es de Pais.

As competências e atribui es dos CDE poderão ser as seguintes:

- Apresentar relatórios regulares ao Comit  Nacional de Gestão e Avalia o e fazer propostas sobre a implementa o das actividades ao nível distrital;
- Avaliar os progressos do EPT ao nível distrital;
- Mobilizar os pais e as comunidades educativas a participar activamente (do ponto de vista financeiro e material) na sustentaa o e implementa o do PNA-EPT.

A institucionaliza o do Comit  Nacional de Gestão e Avalia o deve ser feita através de um decreto governamental, por iniciativa e proposta do Ministro da Educa o.

De forma a permitir o bom funcionamento dos Comit s (Nacional e Distrital) deve-se garantir o funcionamento para assegurar as condi es logísticas para o desempenho das fun es atribuídas.

9.2. Plano de Acção Para Coordenação, Gestão e Avaliação da EPT

Acções	Objectivos	Estratégias	Actividades	Período	Custo
Acção 3: Criação de Comitês Distritais	Acompanhar e avaliar os programas do EPT a nível distrital Apresentar propostas ao Centro Nacional Mobilizar os pais e a comunidade na implementação da EPT	Monitorização distrital Mobilização social e política a nível distrital	Reuniões trimestrais Elaboração de relatórios de avaliação a meio percurso (bi-anuais) IEC distrital	2008-2015	50.000
Acção 4. Avaliação a meio percurso da EPT	Acompanhar os programas da EPT e avaliar o nível de implementação do Plano Garantir a coordenação e articulação multi-sectorial	Conferências balanço e relatórios sectoriais	Ateliers e Seminários anuais a nível nacional e distrital	2008-2015	50.000

COORDENAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DO EPT

ACCÕES	OBJECTIVOS	ESTRATEGIAS	ACTIVIDADES	PERIODO	CUSTO (USD)
Acção 1: Criação do Fórum Nacional do EPT	Garantir a implementação dos objectivos e estratégias do PNA – EPT Controlar regularmente as acções e os resultados do PNA –EPT	Prestação de contas; Monitorização do PNA – EPT;	Publicação de contas;	2007-2015	30.000
Acção 2: Criação do Comité Nacional de Gestão e Avaliação do PNA – EPT (CONGEA)	Promover e desenvolver parcerias	Promoção das acções e divulgação das informações;	Mobilização de recursos externos Criação de um Secretariado Permanente; Montagem e apetrechamento de uma Unidade Execução de Projectos EPT Secretariado permanente	2007-2015	80.000
Acção 3: Criação das Comissões Distritais	Assegurar uma gestão transparente e eficaz do PNA - EPT Mobilizar os recursos necessários ao desenvolvimento do PNA – EPT	Mobilização social e política	Afectação de verbas para funcionamento	2007-2015	70.000